



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 131

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 131

118ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 08

Pequeno Expediente:

Dep. Tadeu Veneri 10

Dep. Plauto Miró 11

Dep. Professor Luizão 12

Dep. Pastor Edson Praczyk 13

Dep. Luiz Eduardo Cheida 14

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 14

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 15

Liderança do PSDB

Dep. Luiz Nishimori 16

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 17

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário 18

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 19

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

Redação Final 24

2ª Discussão 25

1ª Discussão 25

Requerimentos 27

Encerramento da Sessão 28

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 28

Diretoria Geral

Portaria 28

Atas de Comissões

Constituição e Justiça 28

Tomada de Contas 39

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 39

DIÁRIO Nº 131

118ª SESSÃO ORDINÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE OUTUBRO DE 2007**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Beti Pavin e Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Dou-

glas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Francisco Bühner e Miltinho Pupio (03).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Fábio Camargo, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo e Teruo Kato (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 1850/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Geraldo Cartário, que pede esclarecimentos sobre o número de ligações executadas pela COPEL no município de Fazenda Rio Grande nos anos de 1992 a 2007. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1810/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pela Deputada Rosane Ferreira, que pede esclarecimentos através da SANEPAR sobre os estudos da exploração do aquífero Karst, mitigação e compensação na região metropolitana de Curitiba. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 2250/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre as prestações de contas dos anos de 2003, 2004 e 2005 do Instituto de

Saúde do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 2277/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró, Edgar Bueno, Marcelo Rangel, Antonio Belinati, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Elio Rusch, Durval Amaral e Osmar Bertoldi, que pedem esclarecimentos sobre o uso de cartões corporativos por parte dos servidores da administração pública estadual. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº 5107/07-GS/SEED do Sr. Joécio Luiz Kloss - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pela Deputada Cida Borghetti, que pede o reconhecimento dos diplomas dos professores formados pelo Programa de Capacitação para Docência dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil pela Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1849/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Douglas Fabrício, que pede esclarecimentos sobre a existência de projetos na TECPAR, que destine recursos da COPEL para investimentos em usinas de biodiesel. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 906/DG do Sr. Cel. PM-RR Rubens Guimarães de Souza - Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Reni Pereira, que pede esclarecimentos sobre a base legal, utilizada pelo referido órgão, para bloquear administrativamente a transferência de veículos a pedido de DETRANs de outros estados. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 5902/PRES do Sr. Rafael Greca de Macedo - Presidente da COHAPAR, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre a distribuição de imóveis do estado do Paraná, de acordo com a Lei nº 15301/06. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1885/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel e Luiz Malucelli, que pedem esclarecimentos sobre as empresas que se instalaram no Paraná a partir de 1995, em virtude da concessão de benefícios fiscais autorizados pelo Governo do Estado. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CEE/CC 1891/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Geraldo Cartário, que pede esclarecimentos sobre projeção censitária pro-

pagada pela imprensa, através do IPARDES. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 04715 COCEC/CGCON/DEPIN/FUNASA do Sr. Alcides Soares de Souza - Coordenador Geral de Convênios do Ministério da Saúde, encaminhando cópia do Convênio nº 1047/04. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 04719 COCEC/CGCON/DEPIN/FUNASA do Sr. Alcides Soares de Souza - Coordenador Geral de Convênios do Ministério da Saúde, encaminhando cópia do Convênio nº 0990/04. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº SEPL/COP 301/07 do Sr. Ênio José Verri - Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando o demonstrativo das alterações da despesa, ocorridas no 3º trimestre de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 322/07

SÚMULA:

Sugere envio ao Sr. Ministro de Transportes, de indicação para revisão de valores cobrados pelas concessionárias de pedágios do estado do Paraná.

Senhor Presidente:

Geraldo Cartário Ribeiro, Deputado Estadual desta Casa Legislativa, vem por meio desta, apresentar com fulcro no artigo 127 do Regimento Interno, indicação para que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Transportes a seguir aduzidos:

I - É sabido que as rodovias federais, que fazem parte dos anéis de integração, foram por convênio de delegação entregues ao estado do Paraná no que resultou de forma equivocada como foi implementado o sistema de pedágio no estado do Paraná, que resultou em uma elevada tarifa, que vem penalizando as pessoas e especialmente todo o setor produtivo do estado do Paraná.

II - Desta forma, o pedágio elevado, como está sendo praticado, onera o produto transportado dificultando a competição com os demais produtores localizados em outros estados da federação.

III - Também é sabido que o atual Governo do Estado, já esgotou todas as medidas administrativas e judiciais visando diminuir os preços do pedágio praticados, não logrando êxito em nenhuma destas providências.

IV - Em face do exposto e considerando o sucesso que o Governo Federal alcançou recentemente nas licitações das estradas federais, cujo resultado alcançado foi objeto de aprovação para toda a sociedade brasileira, a indicação tem como propósito que o Governo Federal retome a si a atribuição de solução de um problema angustiante para toda a sociedade paranaense, denunciando o convênio ou que tome medidas de coordenação, visando o objetivo comum que é estabelecer um preço e valores de pedágio compatíveis com a sua finalidade, atu-

almente comprovados serem absolutamente, tendo em vista os valores apresentados nas licitações de trechos federais semelhantes.

Salas das Sessões, em 16.10.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

INDICAÇÃO Nº 323/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Agricultura e Abastecimento Valter Bianchini a isenção de ICMS sobre todos os defensivos agrícolas e produtos químicos destinados ao controle de ervas daninhas pré e pós-emergentes na cultura da soja convencional.

Sr. Governador, Sr. Secretário:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Agricultura e Abastecimento a isenção de ICMS sobre todos os defensivos agrícolas e produtos químicos destinados ao controle de ervas daninhas pré e pós-emergentes na cultura da soja convencional, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Os altos custos dos herbicidas ao controle de ervas daninhas tanto de folhas largas como das de estreitas na soja convencional tem feito com que os agricultores do estado do Paraná, maior produtor de grãos do Brasil, recorram ao cultivo de materiais geneticamente modificados (soja transgênica - RR) para amenizar os custos de produção e conseqüentemente proporcionar uma maior lucratividade no momento da venda.

Este projeto tem como finalidade à isenção de ICMS sobre os defensivos agrícolas que são utilizados em cultivo de soja tradicional e visa principalmente o estímulo ao plantio de soja convencional em detrimento da soja transgênica - RR no estado do Paraná, tornando, desta forma o nosso estado num futuro bem próximo, livre de materiais geneticamente modificados, pois até o momento não se tem qualquer informação concreta de que produtos transgênicos não propiciam desequilíbrio ao meio ambiente e principalmente que não prejudicam a saúde humana.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

INDICAÇÃO Nº 324/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e a Secretária da Cultura Vera Mussi para que seja feito um documentário sobre a colonização da região oeste do Paraná.

Sr. Governador, Sra. Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e a Secretaria da Cultura que seja feito um documentário sobre a colonização da região oeste do Paraná, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Ainda há tempo suficiente para resgatar as raízes e a história da colonização do oeste do Paraná, pois muitos dos heróis que enfrentaram a selva e a grilagem de terra nos primeiros anos da colonização ainda estão vivos. São colonos gaúchos, catarinenses, nordestinos, descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses, japoneses, africanos que deixaram seu chão de origem para tornar aquela região uma das mais ricas e férteis do Brasil e do mundo.

Uma simples entrevista com colonos da época pode demonstrar plenamente como foram os primeiros anos de colonização da terra roxa do oeste do Paraná.

Diante disso, pode-se ainda colher relatos de velhos colonizadores, fazer uma viagem no tempo e compreender o processo da colonização do oeste do Paraná. As narrativas destes colonos vai certamente demonstrar como foram os primeiros anos naquela terra vermelha até então inóspita, envoltos a um trabalho braçal, um cotidiano de tarefas árduas, movidas por serras manuais, machados e foices, sem nenhuma tecnologia ou energia elétrica.

Salienta-se a importância de valorizar muitos dos personagens que fizeram parte do passado e que ainda se encontram vivos, os quais tiveram papel relevante na construção de igrejas, na estrutura comercial, industrial, na implantação das redes escolares e conseqüentemente no nascimento das pequenas vilas até a criação oficial dos municípios.

O documentário tem como objetivo o resgate da memória dos pioneiros que tiveram um grande espírito empreendedor para tentar uma nova vida em um dos lugares que seria considerado por eles a mais nova fronteira agrícola do país naquela época.

Além disso, quem não conhece a história não conhece a si próprio. Não sabe de onde veio e provavelmente não saberá aonde vai.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3040

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa sejam desarquivados os projetos de lei:

1) 126/05 - Título de Cidadão Honorário ao Sr. Antonio Facci;

2) 286/06 - Título de Cidadão Benemérito ao Dr. Paulo Rogério Mudrovitsch de Bittencourt;

3) 287/06 - Título de Cidadão Honorário ao Sr. Félix Fischer, Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3050

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que se digne o Exmo. Sr. Presidente desta Assembléia em autorizar que um representante da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro - mantenedora do Hospital Pequeno Príncipe - se utilize de parte do Grande Expediente da Sessão Plenária que se realizará em 08 de novembro de 2007 - quinta-feira - para a exposição dos trabalhos realizados pelo hospital em favor das crianças e demonstração de sua atual situação com o lançamento de campanha beneficente.

Julgamos de grande importância para a comunidade paranaense que se atente para as questões relativas à saúde de nosso estado.

Ainda aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 3055

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao IAP, Instituto Ambiental do Paraná, pedido de orientação aos pequenos produtores de plantas medicinais e hortaliças do município de Mandirituba e região produtora.

Como é do conhecimento de todo estado do Paraná, o município de Mandirituba é um dos maiores produtores de Camomila e outras ervas medicinais, além de salsinha, bastante cultivada para a indústria em geral e tudo gerado através da agricultura familiar, pequenos agricultores que dependem exclusivamente desta prática para retirar seu sustento e de sua família.

Estes produtores estão sendo multados, por este departamento responsável, por estar fazendo uso de antigas estufas de fumo, e outras adaptações, para a secagem das plantas medicinais e hortaliças cultivadas. Em vez do órgão competente (IAP) orientar estes pequenos produtores, os fiscais parecem sentir prazer em aplicar multas de no mínimo R\$ 1.000,00. A comunidade produtora espera através de seu sindicato que V. Sa. atenda o pedido do Sindicato e deste Deputado que representa os municípios

produtores destas plantas, mais, a suspensão das multas em troca de mais orientação.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de voto de pesar à família Camparotto pelo falecimento do Sr. João Camparotto, ocorrido dia 08 de outubro, em Arapongas.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia aos familiares, no endereço: R. Periquito Rico, 160 - Arapongas/PR, CEP 86709-490.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 3051

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, nesta data, da Sra. Diva de Oliveira, Fundadora e Presidente da Associação dos Camelôs de Ponta Grossa, pessoa atuante na sociedade daquele município, muito amada e admirada por seus parentes e amigos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, R. 12 de Outubro, 220 - Centro, CEP 84265-550, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3039

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Dr. José Clemente Linhares, enviando-lhe voto de congratulações, extensivos à equipe do Instituto de Oncologia do Paraná, em razão da conquista da segunda edição do Prêmio Saúde.

O Prêmio Saúde é uma das mais importantes honorárias voltadas à área de saúde.

O projeto coordenado pelo médico José Clemente Linhares ficou em primeiro lugar. Os outros finalistas eram trabalhos de São Paulo e de Pernambuco.

A idéia do projeto partiu de dado assustador: em Curitiba, quase 80% dos estudantes na faixa dos 11 aos 15 anos já experimentaram cigarro. Esse número levou o oncologista a criar uma peça de teatro para conscientizar os jovens dos males do tabaco.

Os resultados da ação coordenada pelo especialista são positivos: os jovens que assistem a peça ficam surpresos com as informações e aprendem sobre os efeitos negativos do tabagismo.

A obra foi apresentada em escolas públicas e particulares, atingindo um público de mais de 15 mil pessoas, do final de 2006 até hoje.

A montagem teatral é o diálogo de um personagem com a própria consciência, que o alerta para os males do fumo. Dentre eles estão a mudança completa do metabolismo, que na criança ainda está em formação, interferência com crescimento de células e aparecimento de doenças em quase todos os órgãos. Os problemas mais graves causados pelo cigarro, a médio e longo prazos, vão do câncer (boca, laringe, faringe, estômago, pulmão, bexiga) às rugas, passando pelo infarto, derrame, impotência, osteoporose, trombose, aborto, parto prematuro, menopausa precoce, úlcera, entre outros tantos. No Brasil, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), 90% dos fumantes adultos usaram cigarro pela primeira vez quando criança ou adolescente.

Dos quase 31 milhões de brasileiros que fumam, quase 400 mil têm até 14 anos de idade. No mundo, há cerca de 700 milhões de crianças fumantes.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3041

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de congratulações ao Dr. Douglas Taques Fonseca, por ter assumido a Presidência do Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa, no dia 13 de agosto passado.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3056

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Campo do Tenente pela passagem, no próximo dia 29 de outubro de 2007, de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Reinaldo Afonso Pereira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Antonio Edson de Souza, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Campo do Tenente.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A data do 29 de outubro de 2007 marcará a passagem de mais um aniversário da emancipação política de Campo do Tenente, que será comemorada festivamente por sua população.

O município é a célula da nação. É onde a população vive, portanto é onde o Poder Público deve se materializar para prover o bem estar comum.

A história da representação municipal evoluiu junto com a história do Brasil como país independente. Devemos aperfeiçoar o funcionamento das câmaras municipais tornando o regime interno mais claro, e mais transparente o trâmite das matérias, dando celeridade ao processo legislativo, facilitando a atuação dos Srs. Vereadores para o progresso do município.

A importância do município é indiscutível, sendo dentro do modelo brasileiro as suas competências, tendo no entanto, ao seu encargo, inúmeras atribuições. São os Prefeitos que conhecem mais de perto as agruras da população.

Nesta significativa data da comemoração dos 46 anos de emancipação do município de Campo do Tenente, toda a população é digna do nosso respeito e admiração pela luta incessante visando o seu desenvolvimento cada vez maior.

REQUERIMENTO N° 3057

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Campo Mourão pelo transcurso, no próximo dia 10 de outubro de 2007, do seu 60° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Nelson José Tureck, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Moacir Ciulla Porciúncula, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Campo Mourão irá comemorar festivamente, no próximo dia 10 de outubro, seus 60 anos de emancipação política. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e toda a população que tem colaborado sempre para o desenvolvimento cada vez maior do município.

Por muitos anos a região do município de Campo Mourão, movimentado desde o século XVIII, foi alvo de penetração de viajantes e exploradores, mas sua efetiva povoação iniciou-se em 1903, quando chegaram ao lugar as famílias de José Luiz Pereira, Antonio Luiz Pereira, Cesário Manoel dos Santos e Bento Gonçalves Proença, que construíram as primeiras casas, dedicando-se à agricultura e incipiente pecuária.

No ano 1921, Campo Mourão foi elevado à categoria de Distrito Policial, dentro do município de

Guarapuava. Pouco tempo depois, ficou jurisdicionado ao município de Pitanga.

A criação da Inspetoria do Departamento de Terras do Estado, em 1943, proporcionou progresso ao lugar, com grande fluxo migratório de pessoas que se dedicavam à lavoura e ao comércio. É desta época a instalação das primeiras casas comerciais, e foram pioneiros os comerciantes Léo Guimarães, Francisco de Albuquerque, Guilherme de Paula Xavier e Margarida Wakin.

Pela Lei Estadual n° 02, de 10 de outubro de 1947, foi criado o município de Campo Mourão, com território desmembrado do município de Pitanga. A instalação oficial deu-se no dia 05 de dezembro de 1947. O primeiro Prefeito municipal foi o Sr. Pedro Viriato de Souza.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens que serão prestadas às autoridades e ao povo em geral no transcurso da significativa data, que marcará os 60 anos de emancipação política de Campo Mourão.

REQUERIMENTO N° 3058

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Antonio Olinto pela comemoração, no próximo dia 24 de outubro, de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Cleomar Machiavelli, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Rogério Milléo, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Antonio Olinto.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar sempre presente nos acontecimentos que marcam a vida da população de Antonio Olinto, manifesta a sua satisfação por estar participando do progresso dessa cidade que jubilosamente estará comemorando o seu 46° aniversário de emancipação política.

O desenvolvimento de uma coletividade municipal depende de vários fatores. Entre eles estão o grau de participação de seus membros como Prefeitos e Vereadores na discussão dos assuntos que lhes dizem respeito e a qualidade de seus representantes. Numa sociedade democrática, há de existir necessariamente, participação e representatividade.

O legítimo exercício das funções legislativas e executivas repousa justamente no consentimento popular.

Ao serem eleitos, tanto Prefeito como Vereador, recebem uma delegação para agirem em nome do interesse do povo, e, cabe a sociedade fiscalizar suas atuações.

É muito importante reconhecer e prestar homenagem às pessoas que contribuíram e continuam dando sua parcela de contribuição para o completo desenvolvimento do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, associa-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral, no transcurso dos 46 anos de emancipação política de Antonio Olinto.

REQUERIMENTO N° 3042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, solicitando seja feita, de maneira emergencial, a substituição e reforma da rede elétrica do Colégio Estadual Frei Doroteu de Pádua, localizada no Bairro de Periquitos, no município de Ponta Grossa.

Há cinco meses e quinze dias o Colégio teve roubada toda a fiação elétrica, e desde então o referido estabelecimento de ensino está sem energia elétrica.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3052

Senhor Presidente:

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente por seus Deputados adiante assinados, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que esta Mesa Executiva envie expediente às empresas Cia. de Cimento Itambé, situada na Rodovia Curitiba - Ponta Grossa (BR 277), n° 125 Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 82305-100, e Cia. de Cimento Rio Branco S/A, situado à Rodovia dos Minérios - PR 092, 1303 - Taboão - Curitiba - PR - CEP: 82130-570, para enviarem cópia de seus respectivos Planos de Monitoramento e Controle Ambiental referentes aos procedimentos de co-processamento.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA, ROSANE FERREIRA, ELTON WELTER, OSMAR BERTOLDI, CLEITON KIELSE, LUIZ MALUCELLI e RENI PEREIRA.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 732/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública o Clube de Idosos Sempre Alegre, com sede no município de Missal e foro na Comarca de Medianeira.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Clube de Idosos Sempre Alegre, com sede no município de Missal, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, organizada para a prestação de serviços sócio-comunitária, culturais e recreativas, tem como finalidade atender a todos a que ela se associem, independente da classe social, sexo, raça, cor e crença religiosa.

A instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei n° 6994/78 alterada pela Lei n° 8589/87 e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 733/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° O estado do Paraná restituirá o valor do IPVA, do Seguro Obrigatório e da Taxa de Licenciamento de Veículos que já tenha sido pagos ao proprietário de veículo que tenham sido roubado, furtado ou de veículo sinistrado com perda total, relativamente ao exercício em que tenha ocorrido o evento, na forma estabelecida nesta lei.

Parágrafo Único - O contribuinte poderá, para pagamento de IPVA, do Seguro Obrigatório e da Taxa de Licenciamento de Veículos de outro veículo de sua propriedade ou que venha a adquirir, optar por utilizar o total do crédito que tenha por força do quanto dispõe esta lei.

Art. 2° São devidos o IPVA, o Seguro Obrigatório e a Taxa de Licenciamento de Veículos relativos ao período anterior ao evento, sendo que para a apuração desse valor será considerado o período a partir do dia 1° de janeiro até o dia em que se tenha dado o roubo, o furto ou o sinistro com perda total.

Art. 3° A devolução será feita à razão de 1/12 (um doze avos) por mês futuro da data em que se tenha dado o roubo, o furto ou o sinistro com perda total, incluindo por inteiro o mês da ocorrência do evento.

Art. 4° A comprovação será feita mediante Boletim de Ocorrência lavrado pela autoridade policial competente.

Art. 5° O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, no Paraná, o proprietário de veículo que tenha sido roubado, furtado ou se envolvido em acidente com perda total do veículo, não tem direito a ser restituído proporcionalmente pelos valores pagos pelo Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, pelo Seguro Obrigatório e pela Taxa de Licenciamento de Veículos.

Dessa forma, o proprietário que já está sendo penalizado com a perda do bem em razão do furto ou roubo, ainda se vê lesado por pagar por um serviço do qual não estará recebendo uma contrapartida do estado. Vale lembrar que o poder público tem o dever constitucional de garantir o direito à propriedade e à segurança dos contribuintes e que, devido à sua insuficiência no caso de furto ou roubo, essas garantias não lhe são plenamente asseguradas.

Se o veículo é roubado, ou acontece um outro fato que extinga a relação de propriedade, deverá ocorrer a alteração quanto ao tributo, uma vez que deixa de existir o bem que é objeto de tributação. Assim, é justo que o contribuinte que se encontre nessa situação tenha a devolução do período pelo qual pagou o imposto. Esse direito deverá também ser estendido ao proprietário que tenha perdido o bem, em razão de sinistro que tenha acarretado a sua perda total pois, da mesma forma, esse proprietário estará pagando por um serviço que não mais estará utilizando.

Por todos os motivos arrolados, pedimos a colaboração dos nobres Parlamentares para a aprovação desta proposição de lei.

PROJETO DE LEI Nº 734/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os alunos da Rede Pública Estadual terão o direito a usufruir da estrutura educacional, no período de férias.

Art. 2º As escolas da Rede Pública Estadual abrirão suas portas, aos alunos matriculados na instituição, para práticas esportivas, sociais e culturais e, também, alimentação através de merenda escolar.

Art. 3º Cabe ao Poder Executivo, fornecer estrutura básica para organizar atividades culturais e esportivas mesmo em período de férias, bem como fornecimento da merenda escolar.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa oferecer lazer e entretenimento, por meio de atividades recreativas, culturais e esportivas às crianças.

O projeto se preocupa com o lazer, mas principalmente com a educação e a alimentação dos jovens estudantes. Os alunos terão a oportunidade para aproveitar realmente as férias, fazendo atividades que os faça sair da rotina do dia-a-dia.

Desta forma esperamos o devido apoio e a consequente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 735/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O porte de arma de fogo será deferido aos integrantes do quadro efetivo de Agentes Penitenciários e Escolta de Presos do Estado do Paraná, com base no artigo 60 6º, inciso VII da Lei Federal nº 10826/03.

Art. 2º A concessão deferida aos integrantes do quadro efetivo de Agentes Penitenciários e Escolta de Presos autorizará o porte de arma de fogo, no âmbito estadual, ainda que fora de serviço, devendo sempre a arma ser conduzida com o respectivo Certificado de Registro de Arma de Fogo e com a Carteira de Identidade Funcional.

§ 1º O contido nesta lei, ressalvará a limitação do porte de arma de fogo no interior das penitenciárias conforme regulamento próprio, no que se refere ao trabalho dos agentes penitenciários.

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo de que trata esta lei constará da própria Carteira de Identidade Funcional dos servidores das categorias mencionadas, a ser confeccionada pela própria instituição estadual competente.

§ 3º Os integrantes do quadro efetivo de Agentes Penitenciários e Escolta de Presos ao portarem arma de fogo, em locais públicos ou onde haja aglomeração de pessoas, deverão fazê-lo de forma discreta, visando evitar constrangimento a terceiros.

Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o Agente Penitenciário e Escolta de Presos deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender os requisitos do artigo 4º da Lei Federal nº 10826/03.

Art. 5º As condições estabelecidas nesta lei obedecerá ao constante na Lei Federal nº 10826 de 22 de dezembro de 2003 e demais leis que regulamentam a matéria.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

Em 22 de dezembro de 2003, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 10826/03, chamada Estatuto do Desarmamento que atualiza nossa legislação sobre registro, porte e comércio de armas de fogo no Brasil.

O Estatuto do Desarmamento foi a lei que regulamentou o referendo sobre a comercialização de armas de fogo e munições, realizado em 23 de outubro de 2005, onde a população decidiu sobre venda de armas de fogo e munições no Brasil.

O Estatuto do Desarmamento continua em vigor, trazendo mais rigor a questão das armas de fogo no Brasil. É uma das leis sobre armas de fogo mais avançadas do mundo, e é capaz de contribuir em muito para a diminuição do estado de violência armada que vivemos no Brasil.

Dentro deste regramento, foram elencados os legitimados ao uso permitido de armas de fogo. Dentre eles o inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10826/03, estão os *integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias*.

Após esta regulamentação, que não especificou claramente se os servidores da categoria pertencem ao quadro Federal e/ou Estadual, o Departamento da Polícia Federal, lançou a Portaria nº 315, de 07 de junho de 2006, complementando o inciso VII do artigo 4º da referida lei, autorizando o porte de armas para os servidores da polícia federal.

No caso do quadro efetivo dos agentes penitenciários e escolta de presos no estado do Paraná, o Estatuto do Desarmamento não vem sendo em aplicado na prática, e a razão se justifica justamente na falta de previsão legal específica da matéria abrangida pelo projeto de lei que hora se apresenta.

Com o novo porte de arma, que será individual, os agentes poderão se proteger das perseguições por organizações criminosas, que colocam em risco, não só a sua integridade física, como a de seus familiares.

Sendo os agentes penitenciários e escolta de presos, os principais responsáveis pela proteção da sociedade na via de garantir o cumprimento da ordem prisional ao delinquente e organizações criminosas, não seria sensato deixá-los desprevenidos e imunes às crueldades dirigidas diretamente à sua pessoa, que participa do pior momento que é a manutenção do criminoso na prisão e a condução dos mesmos quando da sua transferência.

Por esta razão é que não seria excesso regulamentar no âmbito estadual, norma federal que não traz especificações diretas aos agentes penitenciários estaduais.

Quanto à legitimidade da iniciativa por este Parlamentar, é de se ressaltar que a matéria ora tratada não se encontra no rol da competência exclusiva do Poder Executivo, e ainda, está dentro da competência concorrente do estado, prevista no inciso XVI, parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 24, da Constituição Federal.

Por ser de extrema urgência, importância e necessidade é que contamos com o apoio dos integrantes desta respeitável Casa de Leis, para a apreciação e aprovação do projeto de lei que ora se apresenta.

PROJETO DE LEI Nº 736/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR, com sede e foro no município de Castro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.10.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O presente Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR, tem como finalidade melhorar as condições de vida da população mais vulnerável ou seja: carentes, idosos, deficientes e a família; incentivando a participação da comunidade no desenvolvimento local, através de projetos que favoreçam a auto-sustentabilidade, promovendo a integração com programas de políticas públicas sociais do estado do Paraná, órgãos oficiais, que atuam no campo social, com o objetivo de melhorar a condição de vida da população carente, através de uma educação popular.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

Pequeno Expediente:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

Esta presidência registra hoje, com muita satisfação, a presença do Deputado João Fernandes, da Paraíba, nossos irmãos lá da Paraíba que para cá vieram para exatamente implantar o Fundo de Aposentadoria e o Fundo de Modernização que criamos aqui na Casa, que deverá ser implantado também na Paraíba. Sejam bem-vindos e vamos, aos poucos, criando jurisprudência aqui para os nossos irmãos Presidentes das outras Assembléias.

Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)**O SR. TADEU VENERI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há pouco acompanhamos, na CCJ, a votação das 4 emendas que foram apresentadas aqui pelos Deputados Marcelo Rangel, Professor Luizão, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk e Reni Pereira.

Infelizmente houve um entendimento que as 4 emendas deveriam ser rejeitadas, embora tivesse havido voto contrário do Deputado Luizão e também do Deputado Marcelo Rangel. Mas por 5 votos e duas abstenções foram rejeitadas as emendas e mantido o projeto original.

Uso esta tribuna, porque desde o início tenho dito, não sei como estamos pretendendo fazer com que todos os processos em curso sejam nulos, se oriundos de denúncia não identificada.

Deputado Luiz Malucelli, V. Exa. que se absteve na votação, sabe que estamos legislando sob uma regulamentação e pretendemos fazer com que atinja diretamente, por exemplo, os Poderes Legislativo, Executivo e também o Judiciário.

Há dúvidas, e elas foram colocadas hoje na CCJ. Inclusive algumas daquelas que tinham sido levantadas aqui pelo Deputado Luiz Cheida, foram hoje, novamente, corroboradas pelo Deputado Marcelo Rangel, que se mostra bastante inseguro com relação a questões que foram abordadas por V. Exa.

Não entendo qual é o objetivo que temos se aprovarmos um projeto que faz com que todas as manifestações que tenham sido feitas de forma anônima, e a partir delas tenham sido instaurados processos administrativos ou outros processos. Não sabemos quantos são, quais são e contra quem são. Todos sejam declarados nulos.

Quero registrar, já de antemão, acredito que esta manifestação não seja somente minha, é da Bancada do PT também, até porque temos já uma questão tomada. As emendas virão ao plenário, com parecer contrário da CCJ, mas votaremos a favor das emendas, ainda que com parecer contrário, porque o tema é controverso. Tão controverso que, entre outros motivos, estão sendo levantado parecer do Superior Tribunal de Justiça - STJ, quando temos no STF, que é o Tribunal que tem foro, legitimamente, que tem por obrigação e por legitimidade fazer parecer a respeito de questões constitucionais, o STF dá guarida para processos que tenham sido feitos a partir desse tipo de denúncia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, achei por bem fazer este registro. Acho que, infelizmente, as emendas que foram apresentadas aqui não foram aprovadas, mas continuo dizendo que há uma enorme contradição a respeito desse processo e que, talvez, tenhamos na sequência outros desdobramentos que ainda vão ter que ser feitos. Da mesma forma, Sr. Presidente, e acho que é preciso, até como o senhor falou, saudar os nossos visitantes, mas da mesma forma que temos, hoje, uma ação direta de inconstitucionalidade que não sei em que pé está, não sei se vai ser dada guarida ou não no STF, com respeito à questão da aposentadoria que foi aprovada aqui nesta Casa para os Deputados Estaduais. Acho que temos algumas dúvidas e é no Parlamento que fazemos este debate, e não poderia deixar de fazê-lo, até porque se não o fizesse da tribuna não teria nem direito, nem legitimidade para fazê-lo em qualquer outro espaço que não fosse este.

Por último, gostaria de fazer e vou fazê-lo por escrito, mas gostaria que tivéssemos uma posição. Já fiz esse apelo a V. Exa. e estou fazendo publicamente, até por ter feito em particular com o senhor, mas que pudéssemos ter uma definição, num calendário, para a votação do nosso Regimento, Sr. Presidente. Acho que nosso Regimento, num belíssimo trabalho feito pelo ex-Deputado José Maria Ferreira, está pronto, está em condições de receber emendas, está em condições de vir ao Plenário e, obviamente, isso sofrer algumas alterações se assim entenderem os Srs. e Sras. Parlamentares, mas é preciso que tenhamos um desdobramento.

Tínhamos dito que faríamos isso em setembro e, infelizmente, ocorreram todos aqueles contratempos com relação à assinatura do Dr. Batista, mas, na sequência disso, acho que gostaria de fazer essa sugestão e essa solicitação a V. Exa., em condições de esperar que a Mesa assim o determine, para que possamos votar, finalmente, um Regimento Interno aqui na Assembléia Legislativa, inclusive incorporando alguns dos avanços que foram obtidos ao longo deste período de 2007.

Eram essas considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz a esta tribuna, no dia de hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a educação no município de Ponta Grossa. Com tristeza, venho aqui alertar e encaminhar um regimento ao Secretário da Educação do Estado do Paraná, pedindo providências com relação ao Colégio Frei Doroteu, que fica na região dos Periquitos, na nossa cidade de Ponta Grossa.

Deputado Rossoni, só para o senhor ter uma idéia, o Colégio Frei Doroteu foi uma daquelas grandes escolas construídas no município de Ponta Grossa pelo ex-Governador do Estado do Paraná. Obras que receberam investimentos na casa de R\$ 700 milhões. Um colégio moderno para abrigar e resolver o problema de uma determinada região da nossa cidade de Ponta Grossa, que é a região dos Periquitos. Há 5 meses e meio, essa escola Frei Doroteu foi roubada, lá entraram ladrões que roubaram toda fiação elétrica dessa escola e pasmem, 5 meses e meio se passaram e até agora solução alguma foi dada.

Esse colégio é um colégio estadual, tendo o Governador do Estado do Paraná a obrigação de dar a manutenção em todas essas escolas, mas repito: 5 meses e meio se passaram e até agora solução nenhuma foi dada com relação à rede elétrica do Colégio Frei Doroteu.

Então, trago aqui, Sr. Presidente, um alerta ao Governo do Estado do Paraná, com relação à educação no nosso município de Ponta Grossa, encaminhando este requerimento a ele.

Quero também encaminhar ao Deputado Péricles, nosso companheiro da cidade de Ponta Grossa, que tem na chefia do Núcleo de Educação uma pessoa indicada pela sua pessoa, entregar a ele também, trazendo o alerta do Colégio Frei Doroteu, que não tem condições de, no período noturno, ter iluminação e, naturalmente, outras necessidades de equipamentos elétricos, que tem esse colégio dificuldades de usá-los.

Está feito o registro. Espero que o Governo do Estado do Paraná possa realmente solucionar esse problema, que há 5 meses e meio os professores, alunos, toda aquela equipe do Frei Doroteu passam por dificuldades, por falta da rede de energia elétrica.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Me inscrevi no Pequeno Expediente para falar sobre um projeto de lei que estou apresentando nesta Casa, que prevê o porte de arma aos Agentes Penitenciários.

Tivemos, no final de 2003, a aprovação do Estatuto do Desarmamento, que é uma lei que veio estabelecer novas exigências para o registro, porte e comércio de armas no Brasil - uma lei bastante polêmica. Mas esta lei contém no seu inciso VII, do artigo 4º, que estão legitimados para portar arma de fogo, os Agentes e Guardas Prisionais, integrantes das escoltas de presos e Guardas Portuários. A lei não especifica se os Agentes Penitenciários são estaduais ou federais. No caso dos federais, a Polícia Federal, em junho de 2006, lançou a Portaria nº 315, regulamentando o inciso VI, do artigo 4º, do Estatuto do Desarmamento, autorizando o porte de arma para os Agentes Penitenciários federais, que podem, já utilizam suas armas para ir trabalhar, para voltar.

No caso do Paraná, o quadro efetivo dos Agentes Penitenciários, que é o que pretendo abranger com o projeto de lei, à escolta de presos, não está sendo colocada em prática, no inciso VII, do artigo 4º do Estatuto. Os nossos Agentes não podem andar armados, muitos deles andam com medo e tem casos em que eles são presos, porque o porte de arma é proibido para eles.

Em razão desta previsão legal, pretendo, com apoio dos nobres Pares, das Deputadas e Deputados, sanar essa lacuna no estado do Paraná, permitindo aos Agentes Penitenciários e aos transportadores de presos que possam ter o porte de arma. Eles, com o porte de

arma, terão, com certeza, mais segurança, para eles e para sua famílias.

Sabemos que muitos criminosos, após cumprirem suas penas, voltam para as ruas. Alguns não regenerados, vão trabalhar e abandonam o crime, mas muitos retornam ao crime.

Vejam a situação de um Agente Penitenciário: ele convive anos e anos com criminosos na penitenciária. Quando o criminoso sai, se ele volta para o crime, ele vai estar na rua armado - é evidente que bandido anda armado. O Agente Penitenciário que conviveu com ele dentro da penitenciária vai estar totalmente desprotegido, porque a ele é proibido o porte de arma. Sabemos que para o bandido também o é, mas ele anda armado.

Acho que com esse projeto, vamos dar aos Agentes Penitenciários do estado do Paraná e aos transportadores de presos - hoje temos no quadro efetivo do estado do Paraná em torno de 2 mil e 500 Agentes Penitenciários e com previsão de serem chamados até dezembro, mais 1.400 Agentes, que vão ser beneficiados por esta lei. E no caso da escolta de presos, que hoje é feita pela Polícia, a Polícia poderá estar desempenhando a função dela que é proteger a sociedade. Enquanto que essa função de transporte de presos, a não ser naqueles casos de criminosos perigosos que vai precisar do apoio da Polícia, mas os Agentes Penitenciários, como é constitucionalmente previsto, fazer o transporte de presos, liberando a Polícia para trabalhar em outras funções, que é a de proteger a sociedade.

E também veja: 2 mil e 500 Agentes Penitenciários mais de 1.400 que serão chamados até o final do ano, principalmente no percurso do trabalho até a sua casa, já que dentro da penitenciária existe uma limitação legal, que os Agentes não podem estar portando armas, mas eles vão ter a segurança de transitar no meio da sociedade com o porte de arma. Claro, com o devido treinamento que têm os Agentes Penitenciários.

Então, vamos estar dando mais segurança ao Agente Penitenciário, à sua família e também, convenhamos, Sras. e Srs. Deputados, teremos mais essa quantidade de Agentes do estado, com porte de armas, dando segurança para a sociedade. Digamos que um Agente Penitenciário esteja num ônibus, estará ali um Agente do estado com porte de arma, que poderá em determinado momento intervir para garantir a segurança das pessoas que estiverem naquele coletivo ou mesmo na rua.

Estaremos com esse projeto de lei, além do Agente e sua família, também contribuindo com a segurança da sociedade a meu ver, porque os Agentes vão estar preparados para a função que desempenham lá na penitenciária, no transporte de presos, e vão estar preparados também para utilizar armas de fogo, se precisos for, para defender a sociedade.

Conto com o apoio dos Deputados e Deputadas na aprovação deste projeto de lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras, senhores, imprensa.

Subo a esta tribuna para fazer o registro da comemoração do Dia Mundial da Alimentação. Uma vez que como membro da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar, criada nesta Casa de Leis, composta pelos Deputados: Cheida, Rosane, Augustinho Zucchi, Péricles e Luciana Rafagnin como Presidente, desde o dia 15 de maio deste ano, não poderia deixar passar em branco esta data tão importante. E que, oportunamente, revela dados alarmantes no que diz respeito à escassez de alimentos que atinge várias partes do mundo, vários continentes, inclusive o nosso país.

O Dia Mundial da Alimentação é celebrado anualmente no dia 16 de outubro, tendo sido proclamado pelos estados membros da FAO, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, o organismo das Nações Unidas. Em novembro de 1979, essa é uma data símbolo para alertar a todos que, para mais de 850 milhões de pessoas no mundo, a fome, lamentavelmente, é uma realidade presente, diária. Aproximadamente, Srs. Deputados, 24 mil pessoas morrem de fome ou de causas relacionadas à fome - mais da metade dessas mortes são principalmente de crianças abaixo de 5 anos de idade.

Por esta razão mobilizam-se todas as partes do mundo para criarem ações que funcionem para revertermos esse quadro alarmante.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, o LOSAN, sancionada em 15 de setembro do ano passado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar, assim como trouxe alimentação adequada para o campo dos direitos fundamentais do ser humano. Segundo vários estudos, a porcentagem de brasileiros abaixo da linha de pobreza tem caído de forma significativa nos últimos anos. No quadro geral dos programas de segurança alimentar e nutricional é fundamental destacar que são políticas fortemente voltadas para o incentivo à agricultura familiar, responsável pela produção de mais de 60% do alimento que vai à mesa do brasileiro.

Até aproveito e faço um parêntese aqui que a Presidente dessa Frente Parlamentar, a Deputada Luciana Rafagnin, ela está ausente hoje devido ter acompanhado um grupo de agricultores familiares a uma visita a Brasília.

Um exemplo é o Programa da Aquisição de Alimentos, o PAA, que incentiva a agricultura familiar por meio de aquisição de produtos, bem como, na outra

ponta, promove a doação de alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional...

(Término do tempo)

Passa a usar o horário do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Não há de se falar em segurança alimentar e nutricional sem incluir o acesso à água potável como fundamental. Nesse sentido, o Programa de Construção de Cisternas, no semi-árido brasileiro, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, já proporcionou desde 2003 a construção e mais de 200 mil cisternas, com investimentos de mais de 300 milhões, dos quais 257 milhões disponibilizados pelo MDS.

Esta é uma matéria extraída da Folha de Londrina, que eu achei, juntamente com os demais membros dessa Frente Parlamentar, oportuna para que fosse lida e ficasse registrada nos Anais desta Casa.

Sabemos que muitas nações, das quais destacamos o Brasil, não têm poupado esforços para amenizarmos este quadro tão triste, onde milhares e milhares, milhões de pessoas ainda não tem o mínimo de acesso ao mínimo do mínimo do alimento.

Esperamos que daqui para frente, em outras comemorações ou lembranças do dia 16 de outubro, esses números tenham caído vertiginosamente, até quem sabe, num futuro bem presente, possamos ter esse grande problema, se não amenizado por completo, mas já superado e apenas como um mero registro do passado.

Aproveito também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já que faço uso do horário do Bloco Suprapartidário, Bloco Independente, para deixar registrado também nos Anais desta Casa a minha profunda tristeza com o resultado da apreciação das emendas ao projeto que visa restringir as denúncias anônimas.

Juntamente com o nosso bloco, tendo como exceção apenas a Deputada Rosane que, desde o princípio fora liberada para votar contrariamente a esta proposta, tínhamos o entendimento, Deputado Valdir Rossoni, de apresentarmos algumas emendas, das quais uma encabeçada pelo Deputado Reni Pereira, que visava preservar o autor da denúncia para que, posteriormente, numa espécie de sigilo de informações se a denúncia não fosse procedente, tivesse a quem atribuir a responsabilidade de uma denúncia maldosa. E como um dos artigos mais polêmicos e, penso eu, injustos da proposição, era o artigo 3º, tomei a iniciativa de apresentar uma emenda supressiva, removendo por inteiro o artigo 3º que diz: *Todas as denúncias ou investigações, em andamento, deveriam ser arquivadas*. Lamentavelmente o Líder do Bloco Suprapartidário, nosso Líder, Deputado Reni Pereira, antes ainda no início desta Sessão, nos procurou dizendo que todas as emendas, inclusive as nossas e a do Deputado Marcelo Rangel, as 4 emendas foram rejeita-

das. A emenda da Bancada do PT, as duas emendas do bloco e a emenda do Deputado Marcelo Rangel.

Lamentavelmente, como não foi possível observar esse quesito, essa parte do acordo, infelizmente, já antecipo que o bloco não poderá mais acompanhar o voto favorável à essa proposição.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado, talvez eu possa colaborar com V. Exa. Eu também participei da CCJ, na verdade o que aconteceu com a emenda de sua autoria e da Bancada Independente, elas não foram acatadas pela ilegalidade alegada, mas agora, em 1ª discussão, nós conversamos já aqui com o Deputado Rangel e pedimos para discutirmos essa questão, porque todas as emendas, não quero detalhar aqui quais nós estamos falando, acho que deve ser acatado.

Acredito e acho que V. Exa. deveria participar dessa reunião que deverá acontecer com o autor do projeto para ver quais emendas nós podemos aqui, em 1ª discussão, quando estivermos discutindo a sua constitucionalidade, podemos rever essa posição e restabelecer essa vontade do Bloco Independente. Apenas para salientar o que foi tratado lá na CCJ, não que eu esteja fazendo a defesa do projeto, eu estou participando a V. Exa. o que aconteceu na CCJ.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Agradeço e certamente, ao final da Sessão, estarei também nessa reunião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Paraná tem gasto cerca de R\$ 500 mil em acidentes ambientais, praticamente a cada ano, isso é em torno de meio bilhão de reais que são gastos pelas empresas que são acometidas de acidentes ambientais. Isso porque, além da multa por um acidente ambiental causado há a necessidade de reparação do dano e com isso os gastos da iniciativa privada se somam em escala exponencial. Mais do que isso, gasta a sociedade e os cidadãos quando o ambiente natural é injuriado e claro que todos nós dependemos disso.

Todos nós sabemos o grande transtorno que é quando um caminhão ou trem, seja da ALL ou de qualquer outra empresa carregada de combustível, de nafta, benzeno ou qualquer substância tóxica, tomba e joga os

seus produtos no manancial de abastecimento hídrico de uma cidade ou de uma determinada localidade. As doenças que temos muitas vezes são decorrentes desses acidentes ambientais. O estado do Paraná tem cerca de um acidente ambiental por dia, em média, registrado. O que significa que nós temos um trabalho muito grande a fazer.

Normalmente a política ambiental do estado é de deixar o problema acontecer e depois sair correndo atrás do prejuízo. Até os traçados das nossas estradas são traçados feitos a décadas atrás onde a descida, a curva e a ponte, onde embaixo desta ponte passa o manancial de abastecimento, são verdadeiros convites a um acidente ambiental, um acidente com carga perigosa.

Pois bem, regulamentar essa matéria, inverter a lógica do trabalho mais curativo que preventivo é a minha intenção ao apresentar um projeto de lei a esta Casa, pioneiro no Brasil, porque não existe similar para regulamentar esta matéria de acidentes ambientais. O projeto leva o número de 508/07 e é um projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas potencialmente poluidoras de contratarem um responsável técnico em meio ambiente. O IBAMA já disciplina essa matéria.

Quem é empresa potencialmente poluidora, Deputada Rosane? E nós, aqui no Paraná, temos a oportunidade, a chance de um projeto pioneiro obrigarmos as empresas a contratarem um técnico responsável pela questão ambiental tentando evitar um mal maior, o sinistro maior que é o acidente ambiental. É claro que esta é uma outra lógica. É a lógica da prevenção, não é lógica da cura desses processos. Isso para nós é uma das oportunidades que temos.

Vejam, Srs. Deputados, há anos atrás um cidadão entrava em uma farmácia e podia tomar uma injeção, qualquer que fosse, o farmacêutico aplicava. A quantidade de choques anafiláticos, de mortes, de transtornos era imensa. Quando se obrigou cada farmácia a ter um farmacêutico, as farmácias até chiaram, mas hoje não se vê mais falar em acidentes fatais em farmácias. Tivemos uma colheita farta em termos de saúde. A mesma coisa com os acidentes ocupacionais, quando se obrigou as empresas a adotarem um técnico em segurança do trabalho. Pois bem, é o mesmo princípio. Queremos que as empresas potencialmente poluidoras tenham um técnico responsável em meio ambiente para que tenhamos a grata satisfação de comemarmos amanhã ou depois.

O Paraná não perde mais nem em pessoas, nem em saúde, muito menos em ambiente e numerário das empresas, mas ganha nos empregos, nos custos das suas empresas, nos seus lucros e, principalmente, na saúde do meio ambiente.

Era isso Sr. Presidente, peço vênica e o apoio de todos os Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência anuncia com satisfação a presença do Vereador Ronaldão de Irati e seus companheiros. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Horário das Lideranças:

No horário das lideranças PTB, PDT, Bloco PPS/PMN, Democratas, PP. Com a palavra, o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati**O SR. ANTONIO BELINATI**

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputada Beti Pavin, Deputada Cida Borghetti, Deputada Rosane, colegas Deputados.

Inicialmente, a nossa homenagem ao colega Waldyr Pugliesi que é da nossa região norte do Paraná. Eleito com mérito, Presidente de um grande partido que é o PMDB. O Deputado Waldyr Pugliesi é uma grande liderança de alta respeitabilidade, creio sem nenhum exagero, um grande mestre da nossa política.

O tema que nos traz à tribuna é um problema que está ocorrendo na minha cidade de Londrina e, chego a imaginar que é um problema que se espalha por todo o estado do Paraná.

O problema da obesidade que, é lógico, não é um problema regional, não é restrito a nós. Essa menina que está nessa onda de Mac Donald, essas lanchonetes similares, sanduíches. A estatística tem mostrado que essa garotada, com poucos anos de vida, já está obesa. Está com excesso de peso.

Além do sanduíche, gorduras, fritas, tem também o fato computador, que está prendendo horas, horas e horas de adolescentes, de jovens e até de adultos.

Outro dia teve um caso engraçado, uma história verídica que saiu no site Terra: Um determinado cidadão paquerando uma mulher pela web. Começaram a namorar e quando marcaram o encontro, quem era o casal, para espanto de um e para o espanto da mulher também, era o marido e a mulher. Daí um foi cobrar do outro. Mas, o que você está fazendo aqui? E você, o que está fazendo aqui? Estavam namorando pela internet, sem saber que era o esposo e do outro lado era a esposa. Um trancado no seu quarto, infiel ao marido e o marido, na outra sala, infiel à esposa.

Hoje, está no site também, nos Estados Unidos, coisa interessante. O que é que o computador está fazendo na vida do pessoal? Diz que o pessoal está preferindo mais o computador que a sua cara metade ou, para não ser incomodado pela esposa, pela companheira, pela amante, pela parceira, ele prefere ficar horas e horas ali no computador. A esposa também. Olha o que está fazendo o computador! Os casais estão preferindo mais ficar horas e horas, concentrados na Internet, que convi-

ver com a sua companheira ou com o seu companheiro. Isso, segundo a estatística do site Terra, está acontecendo tanto com os homens como também com as mulheres.

Mas, a obesidade em muitos casos chega a ser um problema sério, delicado. Fico imaginando pessoas com 190, 200, 230 quilos ou até mais, as dificuldades que as pessoas obesas têm para respirar, para poder caminhar, para poder conversar, muitas não têm entusiasmo de viver. A cama da pessoa, que está tomada pela obesidade, tem que ser cama especial. Se a pessoa for muito gorda, deitar e dormir em determinadas camas e não tiver um braço de apoio, ela não vai conseguir se levantar da cama sozinha, ela vai ficar ali, precisará de apoio de alguém.

A obesidade se reflete de imediato no próprio desempenho do coração, e a pessoa que não conseguir comprar os remédios, se tratar ou se não conseguir a cirurgia de redução do estômago, certamente, lamentavelmente, ela poderá ser vítima de um período de vida muito curto. Ela poderá ter a sua vida encurtada, reduzida e viverá pouco, vítima da obesidade. Por que estamos falando desse problema? Srs. e Sras. Deputadas, teve um protesto na minha cidade das pessoas obesas, porque não estão conseguindo a cirurgia para redução de estômago. O HU de Londrina, o hospital que é do Governo do Paraná, fazia 11 cirurgias por mês de redução do estômago. Saiu o relatório, vi na Globo, vi nos principais veículos, o mesmo hospital universitário neste ano já passamos do mês de outubro - nobre Deputado Luiz Carlos Martins V. Exa. que semeia tanto amor aqui como Parlamentar e na sua rádio - apenas 5 cirurgias foram feitas neste ano, no mesmo Hospital da Universidade de Londrina, de redução de estômago. Olha que disparate 11 cirurgias por mês. Pela média o mesmo Hospital Universitário deveria ter procedido mais ou menos 130 cirurgias que seria a média e ainda é pouco, no mesmo hospital só efetuou 5 cirurgias para redução de estômago.

É uma cirurgia que se não for num hospital público, se não for gratuita, se for buscar hospital particular, médico particular, é uma cirurgia muito cara que foge ao alcance, a possibilidade da maioria dos homens e mulheres que estão sofrendo com a obesidade.

Nobre Presidente Nelson Justus tem que dar apoio, um apelo ao Governador Roberto Requião, um apelo ao Governo do Estado, às nossas autoridades da área de saúde. Porque o Hospital Universitário somente reduziu as cirurgias de redução de estômago por absoluta falta de estrutura, falta de equipamento, falta de maior apoio do Governo do Estado.

Queremos aqui fazer um apelo por essas pessoas que sofrem. Fico imaginando como é sofrida a vida das pessoas obesas, discriminadas pela nossa sociedade. Uma pessoa obesa, se bater na porta da Volvo, de alguma loja para pedir emprego, não vai ter emprego. Se caminhar-mos pelas lojas dos shoppings não vamos encontrar nenhuma balconista obesa. Há uma discriminação. As portas são fechadas quando os obesos partem em busca de um posto de trabalho. É o emprego que é negado, a

discriminação da sociedade, é um ou outro que trata com piadinha não respeitando esse problema sério que essas pessoas enfrentam. Mas, mais do que beleza física, estamos preocupados com a saúde desse povo que está clamando desesperadamente para que o Governo do Estado do Paraná continue apoiando, que as cirurgias se restabeleçam na sua normalidade e quem é obeso possa ter no hospital público o leito hospitalar, o centro cirúrgico e possa ter o médico, conseguir essa cirurgia que é de extrema importância, que é um ato altamente humanitário para essa gente que está sofrendo pela obesidade que estão enfrentando.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário destinado à Liderança do PSDB, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Nishimori.

Liderança do PSDB: Deputado Luiz Nishimori

O SR. LUIZ NISHIMORI:

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Volto a ocupar esta tribuna, para manifestar a minha preocupação e indignação sobre o que vem ocorrendo no Aeroporto Regional de Maringá, que vem sendo palco de uma série de incidentes, e se não forem tomadas providências urgentes poderá ocorrer um acidente mais grave.

Este Parlamentar foi o primeiro a denunciar as irregularidades que vinham acontecendo no aeroporto de Maringá, com os aviões da TRIP. Por questões de cobrança de uma dívida desta com a empresa Nordeste, quando se chegou ao absurdo de apagar as luzes do sistema de balizamento da pista daquele campo de pouso por duas vezes para impedir a descida de uma aeronave da TRIP, sendo que numa dessas vezes, havia 39 passageiros e 4 tripulantes, que tiveram que ficar sobrevoando o aeroporto por 48 minutos.

Este fato nos levou a fazer a denúncia para as autoridades da aviação civil, pois não podemos conceber que em razão de uma disputa para recebimento de uma dívida, o façam com os aviões em pleno ar, colocando os passageiros em risco de morte, e, para a Comissão de Transportes desta Casa, que imediatamente fez uma vistoria no aeroporto, contando com o Presidente Deputado Marcelo Rangel, e os Deputados Dr. Batista e Cida Borghetti, onde foram constatadas as irregularidades.

Agora, quando tudo parecia caminhar para a solução, e a comissão pronta para entregar o relatório para as autoridades da aviação civil, surge outra denúncia de uma nova barbaridade na noite da última terça-feira.

Por volta das 20h30 daquela noite, uma aeronave da TRIP precisou arremeter porque outro avião chegou no mesmo horário para pousar no Aeroporto Regional de Maringá, cuja situação foi acompanhada por 2 Oficiais do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de

Tráfego Aéreo (CINDACTA II) que estavam em Maringá desde a semana anterior.

O piloto do Sêneca afirmou que houve contato visual dos aviões no ar e citou que o avião da TRIP não havia informado à torre que estaria seguindo para Maringá.

Disse, ainda, que teve de acelerar o avião para pousar rapidamente e liberar a pista para a aeronave que vinha, por isso demorou mais para conseguir parar o avião, e, em seguida, comunicou o fato e fez um relatório do perigo aos Oficiais do CINDACTA II que lá estavam.

Desta forma, estou pedindo às autoridades da aviação civil, que intercedam urgentemente, no sentido de que sejam mantidas ligadas as luzes do sistema de balizamento da pista de pouso daquele aeroporto durante toda a noite, bem como, seja mantido em operação, o sistema de comunicação por rádio, em atendimento a todas as empresas que operam em Maringá, independente de pendências comerciais entre elas.

Além disso, Sras. Srs. Deputados, estou requerendo ao Presidente da Comissão de Transportes desta Casa, que inclua este fato no relatório que vai enviar para as autoridades da aviação brasileira, antes que venha a ocorrer um outro grave acidente no aeroporto regional de Maringá.”

Aproveitando, quero aqui parabenizar o grande trabalho, o excelente trabalho que o Deputado Marcelo Rangel e a Comissão de Transportes vem fazendo nesse fato que está ocorrendo na cidade de Maringá, juntamente com a Deputada Cida Borghetti, Deputado Batista e mais outros Deputados.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Primeiro, parabenizo V. Exa. e os demais Deputados da cidade de Maringá pelo trabalho desenvolvido *in loco* lá no aeroporto com relação às investigações sobre o ocorrido. Hoje estamos entregando o relatório com as seguintes conclusões à respeito do episódio do dia 12.

Procedidas as diligências e investigações iniciais, além de análise de documentos e das informações obtidas em depoimentos, a Comissão de Transportes da Assembleia tem as seguintes conclusões: há, sim, indícios de negligências por parte da empresa Nordeste Linhas Aéreas, responsável pelo balizamento de aproximação e de radiocomunicações com a aeronave da TRIP Linhas Aéreas. Há indícios que a atitude dos operadores da empresa Nordeste de desligarem as luzes de balizamento da pista de pouso e interromperam a radiocomunicação com a aeronave foi em represália pelo não pagamento da dívida da empresa aérea - essa inadimplência está em discussão no Fórum Judicial. Há indícios de imprudência do piloto do voo 5521, da TRIP, quando decolou da cidade de Londrina sem constar em seu plano de voo a confirmação de pedido de apoio. E também - estou falando de uma forma extremamente resumida o que está presente no relatório - conotando-se a reincidência ou reiteração da

ocorrência de fatos similares com indícios de irregularidades no serviço de apoio, fica assim presumida também a omissão dos órgãos de administração, controle e fiscalização competentes, possibilitando a existência de concurso de Agentes, a serem responsabilizados pelas irregularidades. E o que o senhor falou, V. Exa. foi muito feliz ao afirmar que temos que colocar neste relatório o pedido para que o Aeroporto Silvio Name Júnior, da cidade de Maringá, opere com o serviço de apoio 24 horas e que o trabalho de rádio não cesse, em hipótese nenhuma, independente de questões financeiras, o trabalho de radiocomunicação com as aeronaves.

É esse o relatório que estaremos entregando logo após o trabalho aqui no plenário, com a aprovação dos nobres Parlamentares da Comissão de Transportes.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Muito obrigado, Deputado Marcelo Rangel! Realmente é um belo trabalho que a comissão desta Casa prestou a esse incidente ao aeroporto de Maringá. O que aconteceu no aeroporto de Maringá é um crime e os passageiros não têm nada a ver com a possível pendência das duas empresas. Portanto, esperamos que seja o mais rápido possível a solução desse incidente, esse problema que está acontecendo ao aeroporto regional de Maringá.

Era o que tinha neste momento para relatar e denunciar, mais uma vez, desta tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Elton Welter, pelo PT.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, quero no primeiro momento parabenizar o Deputado Waldyr Pugliesi, que assumiu a presidência do PMDB pela terceira vez. V. Exa. tenha a certeza que a nossa bancada se orgulha do seu trabalho como Parlamentar, que o seu histórico de lutas dentro do PMDB é de motivar muita juventude ainda. V. Exa., com certeza - eu ouvia a Maria Vitória Benevides na semana retrasada numa reunião em São Paulo, ela que é uma intelectual respeitada no país, ela está com mais de 60 anos - V. Exa., com certeza, é uma juventude melhorada. Ela criticava, achava que esse negócio de terceira idade, melhor idade, achava uma patifaria.

Então, a melhor atribuição para esses termos é uma juventude melhorada. Com certeza, a experiência de V. Exa. e a sua conduta vai proporcionar ao PMDB grandes vitórias no ano que vem. E eu espero que isso aconteça também com o nosso partido, que está muito bem organizado no estado, que agora está com processo de eleições diretas, aliás, todos os filiados nosso participantes das votações, desde que estejam em dia com a sua contribui-

ção partidária. Então, vamos ter as eleições no dia 2 de dezembro, e se der 2º turno se define no dia 16 de dezembro.

Sr. Presidente, eu também participei no dia de hoje da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, e pela bancada, o nosso Deputado, o Luizão, que é membro titular da CCJ, defendeu na comissão que se fizesse uma Audiência Pública para desmistificar o objetivo real do projeto do Deputado Traiano, que deve ter as melhores das intenções no projeto. Agora, era necessário que juristas opinassem sobre o tema. É necessário, acho que isso ainda é possível, vamos tentar trabalhar para que o Traiano convoque uma discussão. Esse foi o encaminhamento do Deputado Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral, para que façamos uma lei que crie condições para evitar má-fé da denúncia anônima, para quem tocar adiante um processo desses, isso sair publicamente causando danos, que seja responsabilizado que tocou adiante.

Então, temos que criar um instrumento eficiente para que a má-fé da denúncia anônima não seja prosperada.

Então, acredito que essa seria a grande contribuição que esse Parlamento poderia dar. A legislação, me parece, pode ser melhorada. Então, nós que somos uma Casa de Leis, uma Casa de debates, não podemos votar assim, sem debater a real necessidade do projeto. Isso engrandece este Parlamento. Acredito ainda, um colégio de Líderes, conversando com o Presidente, possamos discutir com profundidade isso. A denúncia anônima é importante. Eu mesmo sou testemunha, já colaborei com isso, e foi preso um ladrão. Eu não ia colocar meu RG lá, porque eu poderia morrer.

Então, temos que desmistificar o que estava nesse projeto. A intenção, acredito que é boa, mas precisamos, acredito, sustar simplesmente que a denúncia anônima não vai contribuir com o processo democrático, nem com a elucidação de algumas questões que ocorrem no serviço público.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Elton Welter, quero parabenizá-lo pela insistência enquanto Líder partidário dessa questão, e reafirmar também a minha posição contrária ao projeto de lei. Assinei com V. Exa. e demais companheiros emendas nesse sentido, de que pudéssemos obstaculizar algumas situações que, na verdade, não prosperarão. Mas dizer aqui que existem algumas coisas que o limite do Deputado não alcança, e a lei não alcança, a lei dos homens como um todo e das mulheres. Veja bem, você obrigar um cidadão a ser honesto por lei não dá, não adianta. Não é a lei que vai disciplinar isso ou não. Da mesma forma, você querer impedir que um cidadão faça uma denúncia através de alguns mecanismos que são mecanismos não naturais, não vai prosperar também. É o tipo da lei que se ela ocorrer, se vier a ser aprovada, san-

cionada e publicada, ela não vai colaborar em absolutamente nada.

As razões do Deputado Ademar Traiano, sem dúvida nenhuma, devem ser as mais nobres, evitar o denunciismo. É uma das nossas expectativas que isso ocorra na sociedade, mas não vai ocorrer obrigando o cidadão a se identificar.

Acredito que estamos incentivando a corrupção, a indolência, e incentivando o indivíduo a virar as costas à verdade, aos fatos e não fazendo o oposto que quer o Deputado Ademar Traiano e aqueles que votaram favoravelmente o seu projeto.

Espero que prospere esse debate. E antes de aprovarmos essa lei, possamos nos informar melhor e, quem sabe, convenceremos outros Deputados a não aprovarem esse tipo de projeto nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. ELTON WELTER (PT)

Acredito que haverá bom senso. Que todos os Deputados fizessem um bom debate em cima desse tema, para que não sejamos mal interpretados votando uma legislação que possa ser coibitiva, pois alguém que saiba de algum problema sério no estado, possa denunciar de forma responsável, e que possa ser apurado de forma inteligente, até que se instaure um processo. E que depois, se puder ser público, que seja público.

Temos que preservar o sigilo. Fazer de tudo para punir quem, eventualmente deixe vaziar informações que estão apurando.

Este Parlamentar é sábio o suficiente para achar uma legislação adequada para evitar a má-fé, o mau uso da denúncia anônima.

Sr. Presidente, como Líder de partido, fico muito feliz, e não poderia deixar de falar neste dia, que é o Dia Mundial da Alimentação. Inclusive, hoje na Escola de Governo teve várias falas - acompanhava pela televisão - da importância que é trabalhar com essa meta.

Os objetivos do milênio, que foram definidos pela ONU, concluiu que, faltando 7 anos dos objetivos de desenvolvimento do milênio, fossem alcançadas as taxas de pobreza. E a taxa de pobreza no Brasil caiu significativamente.

No começo do Governo Lula, o Fome Zero foi muito criticado. Agora não vejo mais crítica.

A sociedade compreendeu todo o “guarda-chuva” que é o Fome Zero, que atende desde o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos do Agricultor Familiar, onde foi estimulado, criadas “n” formas de Pronaf, Pronafinho, para que o pequeno agricultor tivesse acesso ao crédito.

E também foi criado esse programa de aquisição de alimento, exatamente para se ter um alimento de boa qualidade para ser servido nas creches, nas escolas. Os municípios que ainda não fizeram esse programa não sabem da importância que tem para organizar a cadeia produtiva dos alimentos na sua região.

Esse programa, vinculado ao Fome Zero, está fazendo com que o Brasil atinja os objetivos do milênio antes do prazo. A idéia é fazer de tudo para acabar com a fome.

Foi criado o Conselho de Segurança Alimentar no país. Foi criada a lei nacional que regulamenta a segurança alimentar. Aqui no estado já está a mensagem nesta Casa.

Então, todos os municípios desta república deveriam criar as condições para participar deste programa da melhoria da qualidade dos alimentos, entrando no Programa de Aquisição de Alimentos.

Então, seria isso, Sr. Presidente, e espero que o país consiga atingir, cada vez mais, a diminuição da fome e da miséria. Esse é o objetivo não só do país, mas um dos objetivos do milênio, principalmente dos países da América Latina que trabalham com programas nesse sentido para diminuir a fome.

Aqui no país estamos avançando a passos largos. Ainda temos grandes dificuldades, temos problemas com a fome, mas a distribuição da renda está aumentando, o poder de compra dos mais pobres subiu significativamente, em torno de 9,2% o crescimento das pessoas menos favorecidas. Isso é significativo e é importante estar fazendo com que a miséria e a fome diminuam no país.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Antes, porém, a Mesa convida a todos os Srs. Deputados para visitar a galeria desta Casa que, no dia de hoje, passa a receber a fotografia de duas novas Deputadas, duas grandes mulheres que vêm embelezar a nossa galeria: a Deputada Rosane Ferreira e a Deputada Beti Pavin. As nossas homenagens à Maria, nossa fotógrafa.

Com a palavra o Deputado Geraldo Cartário, do PDT.

Liderança do PDT: Deputado Geraldo Cartário

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Recebi, há poucos minutos, Sr. Presidente, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandirituba o seguinte: “O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandirituba, através de seu Presidente abaixo, vem pedir providências a respeito da atuação do IAP juntamente aos agricultores familiares de Mandirituba. A notificação de autuação refere-se às empresas e às secadoras. Acontece que são pequenos secadores de fundo de quintal, para secar somente a produção própria de economia de camomila e salsinha. Isso aconteceu na autuação sob o número 84764 e 84767, onde o Sr. Luiz Carlos Stadiniski aproveitou sua estufa de fumo desativada e transformou num pequeno secador. Os produtores, sem terem essa informação, desconheciam a exigência do IAP. Ao invés dos fis-

cais darem uma notificação e prazo para regularização, mas não é isso que vem acontecendo, pois notificam como podem observar no anexo ao exigirem a legalização das taxas e as publicações em jornais e serviços”. Aproxima-se em torno de R\$ 1 mil. Aí solicitam que faça as isenções das taxas de publicação no Diário Oficial.

Sr. Presidente, eu entendo que os fiscais do IAP estão pensando que, em Mandirituba, a camomila é maconha! Só pode ser! Os fiscais do IAP não conhecem o produto e eles estão trocando a camomila por um produto chamado maconha. Certamente, não sabem que em Mandirituba, um pequeno município, tem hoje 5 mil propriedades rurais. Talvez, seja um dos poucos municípios do Paraná em termos de área rural que não há necessidade de reforma agrária, porque são apenas pequenas propriedades. A propriedade maior é 4, 5 alqueires e eu fui Prefeito deste município, conheço muito bem a situação. No entanto, Sr. Presidente, chegam os fiscais do IAP e começam a multar os poloneses, como nós chamamos polacos, pois são eles que vêm, há anos, trabalhando na terra, não tem trator, tem apenas o cavalo, o arado, para ali cultivar 3, 4, 5 alqueires de terra.

Sr. Presidente, há muitos anos atrás existia a figura da planta do fumo. Hoje trocaram a planta do fumo pela planta da camomila. Chegam os fiscais do IAP e começam a multar. Será que o fiscal do IAP sabe o que é ganhar R\$ 1 mil, mexendo na terra, em 4 alqueires, com cavalo e arado? Será que eles sabem o que representa o trabalho na terra, em 4 alqueires, para chegar e falar, o que está aqui. Está aqui, Sr. Presidente, o sindicato me mandou a autuação. O IAP, Deputado Cheida, V. Exa. quando Secretário do Meio Ambiente, certamente, não iria autorizar uma barbaridade dessa. Multar um coitado que não tem trator e não tem equipamento nenhum, a não ser o cavalo e o arado, para cultivar 4 alqueires de terra.

Para que os Srs. Deputados saibam, Mandirituba é o município de maior produção de camomila dentro do estado do Paraná, feita de pequenos agricultores e pequenas propriedades. Lamentavelmente, de um momento para o outro, esse pequeno agricultor ouve falar que o Governo do Estado, que o Governo Federal, tem aquele programa da família, do agricultor da família. Onde está essa família? Onde os fiscais do IAP estão entendendo que é produção familiar, agricultura familiar? E esta resposta que o Governo do Estado está dando? É esta resposta que o Governo Federal está dando aos agricultores?

O IAP, Deputado Cheida, creio que seja de responsabilidade do Governo do Estado. O IBAMA, do Governo Federal. Será que esses fiscais não têm outros assuntos mais importantes, do que olhar a terra e interpretar que a camomila é maconha ou que a maconha é camomila e daí começam a multar? Se fosse maconha tinha que prender, meter algema e levar para a cadeia. Honestamente trabalhando e produzindo a matéria mais necessária, que evita tantos medicamentos que o Brasil tem que importar, ali, se produz a matéria-prima que é a camomila, vira chá e outros derivados, que ajudam o

corpo humano. Os fiscais estão ameaçando o agricultor de Mandirituba. Os fiscais do IAP querem que o agricultor de Mandirituba acompanhe e leia o Diário Oficial do Estado, Deputado Rossoni. Que incrível! Eles falam assim: “Vocês não leram no jornal, seus ‘polacos’ tontos?”

Não podemos admitir isso, Sr. Presidente? O fiscal, funcionário público do estado tem que ter respeito com o cidadão paranaense e não pode chegar, amedrontar e assusta, ainda que fosse um Oficial de Justiça, que são muito mais educados do que os fiscais do IAP, que ficaram lá em Mandirituba. Querendo e autuando - está aqui a prova assinada pelo IAP e pelo fiscal do IAP. Não estamos inventando nada. Aqui está a assinatura. Mil reais.

Dr. Accorsi, o senhor que é médico sabe o que é plantar, secar e levar a camomila para o mercado? É um risco muito grande. No entanto, eles não sabem quantas toneladas de camomila tem que produzir, para receber R\$ 1 mil de lucro. Está o fiscal do IAP, que deixa de fiscalizar as grandes empresas e as multinacionais, que “deitam e rolam” neste Paraná e vem em cima dos pequenos agricultores.

Como representante de Mandirituba e do povo do Paraná, protesto aqui contra os fiscais do IAP e peço aos prezados companheiros Deputados que se somem a este requerimento que apresento hoje, o qual passo a ler:

(Lê requerimento sobre multas aos pequenos produtores de Mandirituba)

O que se propõe aqui, Deputado Romanelli, é apenas que seja dada orientação aos agricultores do nosso município e que após se dê um prazo, e não cumprido esse prazo, aí sim que chega a multa. Mas não a multa antes da orientação aos trabalhadores rurais de Mandirituba.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança da Oposição, Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Deputado Romanelli, V. Exa. ontem, claro que por motivos justificáveis, V. Exa. é um excelente Deputado e trabalhador, e tivemos aqui a presença do Vice-Líder Deputado Kielse, e foi fruto de um acordo dos questionamentos que fiz aqui sobre os cartões corporativos.

O Deputado Kielse nos disse que vai nos informar até a próxima quarta-feira. Até me surpreendi com a atitude do Deputado Kielse, porque demonstrou habilidade na condução da Liderança do Governo. E abriu, num primeiro momento, diálogo com o Líder da Oposição.

V. Exa. deve ter percebido, Deputado Romanelli, que o diálogo é importante. Nós, lá na CCJ, há pouco travamos um pequeno embate, fruto da criação de cargos, se

não me falha a memória, na Secretaria de Justiça, e afirmei a V. Exa. que eu não votaria mais por criação de cargos, porque há um subterfúgio de um projeto de lei que aprovamos aqui, que é objeto de uma ADIN dos Deputados da Oposição de que cria-se cargos numa determinada Secretaria e depois, por decreto, transforma-se esses cargos. Denomino “o projeto da farra dos cargos”.

Agora, quero pedir socorro aos Srs. Deputados, sei que aqui os Parlamentares vão analisar comigo outros números que estou trazendo aqui - ontem, Deputado Romanelli, eu trouxe aqui a questão dos cartões - números preocupantes, números exagerados, pessoas sacando valores e sem nenhuma informação e não há no site, e aí o equívoco do Líder de plantão ontem, o Deputado Kielse, quando ele disse que as informações estavam no site e não estão. E essas informações que eu trouxe ontem estão no site da Secretaria de Finanças e trazem esses absurdos, que eu considero absurdos, porque se fosse explicado, de repente eu não teria este entendimento.

Mas quero trazer outros números para V. Exa. aqui. Nós tivemos o capricho, no dia de ontem, nossa assessoria, fizemos um levantamento, veja aqui, Deputado Carli, V. Exa. que certamente será um dia Prefeito de Guarapuava, Governador do Paraná; Deputado Rangel, V. Exa. que é jovem, veja que coisa fantástica que encontrei no balanço geral do estado, e terá que ser fruto aqui de correção nossa na aprovação do orçamento do estado - em 2003, o Governo gastou nas rubricas específicas para hospedagem e alimentação, Deputado Romanelli, civil, no ano de 2003, veja que primor de levantamento, pessoal civil, mas isto, Deputado Romanelli, só com hospedagem e alimentação - pelos valores aqui, Deputado Romanelli, dá para hospedar todos os servidores públicos do estado o ano inteiro, mas o Governo gastou, não sei como.

Se nós pegarmos, Deputado Tadeu, todos os professores e formos fazer um turismo e pagar para eles só hospedagem e alimentação, dá para ficar meses passando, mas isto não é o pior, as diárias do Governo com o pessoal civil em 2003, vou falar só do civil agora, foi 19 milhões em 2003, em 2004 foi 25 milhões, em 2005 foi 37 milhões, em 2006 foi 39 milhões, isto só do pessoal civil.

Agora vamos para o militar: no ano de 2003, 2 milhões e 800; no ano de 2004 3 milhões e 900; aí passem, de 2004 para 2005, 13 milhões, quer dizer, pulou de 4 milhões para 13, e no ano de 2006 8 milhões e tanto. Se nós somarmos, então, em 2003 deu 21 milhões. Vejam como vai aumentando: 21 milhões em 2003, 29 milhões em 2004, e aí em 2004 aconteceu algo de extraordinário, de 29 milhões foi para 50 milhões; em 2006, 47 milhões. E vejam, não está incluído nisso, Deputado Rangel, as passagens e locomoções.

É uma coisa assim, Deputado Romanelli, me desculpe, mas se nós Deputados da Oposição não questionarmos V. Exa., não questionarmos o Governo, estaremos

aqui assinando atestado de incompetência, e todo dia saltam aos nossos olhos números assustadores.

Por esta razão, não quero ser radical, mas Deputado Rangel, temos inúmeros casos a serem resolvidos e não vamos deixar enterrados. Comunicação virou no que virou, televisores, cartão corporativo. Porto de Paranaguá, e eu teria aqui outras questões que eu poderia enumerar. “Ah, Deputado Rossoni, você vai propor uma CPI.” Mas CPI do quê eu vou propor?

Veja o caso dos televisores, Deputado Rangel. Foram comprados os televisores, era para serem entregues 5 mil em março, 5 mil em abril, 5 mil em maio e 5 mil em junho. Se tivessem sido entregues em junho já poderiam estar nas escolas esses televisores, mas tem algo muito estranho nos televisores: primeiro, a empresa não entregou. Segundo, eu vi o Deputado outro dia dizer, e falou a verdade, Deputado Luizão, que vêm caindo os preços dos eletrônicos. Claro que vêm caindo, Deputado Luizão, mas por quê pressa para comprar e não receber? Se nós estivéssemos comprando hoje televisores que pagamos R\$ 890, sabe quanto estaríamos comprando hoje? Pode acessar aí no seu notebook, no Terra ou no Google, qualquer um aí, V. Exa. vai ver que comprará um televisor por R\$ 599, e nós vamos ficar quietos? Será que um dia não seremos cobrados por isso?

Deputado Romanelli, eu sei que não é agradável ser Líder do Governo. Eu não invejo o seu posicionamento, sei da sua competência, claro, de repente posso estar equivocado, mas são números que fui buscar no orçamento, meu Deus, no balanço do estado! Vamos ter que cuidar do orçamento este ano para não persistir isso!

Com aparte, Deputado Douglas.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Obrigado por conceder o aparte, Deputado Valdir Rossoni.

O que me chamou a atenção nesses números que V. Exa. apresentou é que quando chega o ano de 2004, parece que os valores dão um salto, aumentam bem. Teria sido o ano da eleição? Será que tem alguma coisa a ver? E com todas estas denúncias, reforçou aqui, da comunicação, dos televisores e outras tantas, já cabe, sim, e eu acho que o Governo não dá muita bola para o que os Deputados falam, porque ele tem aqui na Casa a esmagadora maioria e por isso ele fica tranquilo, só que dentro da esmagadora maioria temos que começar a compreender que a nossa responsabilidade de Deputados da Oposição é de ficar conversando e explicando à população esse assunto.

Cabe, sim, propor a CPI da Corrupção, porque este Governo, infelizmente, por ter a maioria esmagadora dentro da Assembléia, até pedidos de informação nós demoramos para ter o resultado.

Então, acho que V. Exa., como Líder da Oposição, deveria propor a CPI da Corrupção aqui, do Governo Requião.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Douglas, já tinha falado há pouco para V. Exa. e não tenha dúvida, concordo em gênero, número e grau.

O que eu quero é que os Srs. Parlamentares comecem a pensar que não há mais como fazer uma CPI específica para um caso, porque não vamos conseguir investigar. Por esta razão, não há outra alternativa, vamos elencar as dúvidas, vamos elencar o que temos levantado nesses últimos meses e vamos propor a CPI. E eu espero, sinceramente, que esta Casa dê uma demonstração de grandeza, porque talvez, ao fazermos esta CPI da Corrupção, onde entra tudo isso, desde o porto até esses acontecimentos aqui de gastar com o cartão corporativo e não termos explicações, de repente vamos fazer um levantamento e vamos chegar a uma conclusão. De repente, o que não pode mais é ficarmos aqui num jogo da seguinte forma: nós levantamos o questionamento, vamos buscar as informações, às vezes encaminhada ao Líder do Governo, às vezes aprovado pelo Plenário, às vezes derrubado pelo Plenário. Aí, quando derrubado no Plenário, qual é a nossa ação? Vamos e protocolamos na própria Secretaria. Ao protocolar na Secretaria, aguardamos o prazo legal. A Secretaria não informa. Estamos nos socorrendo da Justiça. Temos 11 pedidos, mais ou menos 11 pedidos e estamos ingressando com mais 6.

Então, quem achar que nós paramos, apenas estamos dando um tempo. Um tempo, buscando os canais legais para buscar essas informações. E também acho que será salutar a esta Casa - e acho que o Deputado Nelson Justus deve isso a nós - estamos esperando a TV Assembléia. A TV Assembléia era para funcionar no meio do ano, já estamos em outubro, já estão falando em novembro, e não vai funcionar a TV Assembléia. A maior arma que vamos ter é a TV Assembléia, porque quando a população do Paraná tiver conhecimento do que está acontecendo no Paraná, quero ver quem segura a CPI da Corrupção. Deputado vai assinar, sim. Por quê vai assinar? Vai assinar porque não vai poder andar na rua, porque a população vai querer saber como é que se gasta e se joga tanto dinheiro fora, por que se compra televisor 6 meses atrás, não se entrega, quando hoje o televisor está 40% mais barato. Por que se compra televisor e diz o seguinte: não, ele é mais caro porque vai ser adaptado o USB e o cartão de leitura e depois vem a imprensa e diz: "Não, o USB e o cartão de leitura não será adaptado pela CCE". Será adaptado pela Cequipel? Cequipel que é fabricante de móveis, que é a maior doadora de campanha?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rossoni, o seu tempo está encerrado. O senhor passou 5 minutos.

Concedo 15 minutos ao Deputado Romanelli como Líder do Governo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

V. Exa. está mudando o Regimento da Casa sem passar pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Por quê?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O senhor está dando, fora do horário, mais 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Deputado Rossoni usou 5 minutos além do seu tempo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Regimento é para quê?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É para cumprir.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então vamos cumprir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Augustinho Zucchi, permita-me concordar com V. Exa. O senhor está sendo justo, nada mais justo do que o Líder do Governo ter o mesmo espaço, concordo com V. Exa. Acho que o que é importante, aqui, e temos procurado manter o respeito apesar de nossas divergências, divergências enormes, mas acredito que todo o tempo que o Líder do Governo necessitar para esclarecer esses fatos é salutar para o exercício de nossa função nesta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Romanelli, na Liderança do Governo.

Há assuntos que têm importância e percebemos que tem e quando se ultrapassa um pouco que não faz mal a Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quando é um Deputado menor, V. Exa. corta. Agora, quando é alguém mais forte, V. Exa. deixa à vontade. Não é só o senhor, o Presidente Nelson Justus também faz isso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nunca foi assim, aliás, raras são as tolerâncias com relação ao tempo, mas percebemos quanto é difícil o Parlamentar terminar no horário estabelecido, mas acho que isso não prejudica a nossa Sessão. A nossa Sessão muitas vezes tolera muitas coisas mais do que isso.

Deputado Romanelli, V. Exa. esta com a palavra.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Certamente, não precisarei mais que o tempo regimental para responder o Deputado Rossoni. Até entendo que o Deputado Rossoni hoje esteja, de fato, num dia em que a adrenalina corre em suas veias, está num dia encantado. Para mim isso é fundamental, quando a pessoa está tão estimulada dessa forma.

As afirmações feitas pelo Deputado Rossoni, aqui, são uma escandalização daquilo que está publicado. Reconhecemos aqui. Eu não vi os números, não sei daonde é a fonte, a origem, mas o estado do Paraná tem 160 mil servidores na ativa, fora os inativos, fora a administração indireta que é desvinculada desse relatório que não concentra as autarquias, que certamente estão juntos, mas associados à economia mista, provavelmente estão excluídas. Efetivamente, temos um conjunto de intervenções que são realizadas pelo estado. Vamos verificar que as despesas somadas, na pior hipótese, somando todo o pessoal civil e militar, todo o deslocamento, toda a atividade do estado, toda ela, 100% da atividade do estado é paga com esses recursos: deslocamento dos servidores públicos quando em missões. Quais são os números? Em um ano se gastou uma média de R\$ 2 milhões por mês. No ano que o Deputado Rossoni atribui um escândalo gastou-se R\$ 4 milhões por mês.

Sinceramente, num estado que tem um orçamento de R\$ 17 bilhões e 800 milhões de reais, francamente, acho que há uma falta do que fazer da Oposição, em relação aos temas que devem ser abordados aqui.

Gostaria que o Deputado Rossoni, com essa mesma garra, com esse mesmo estilo, com essa mesma determinação propondo aqui mecanismo, que pudéssemos investigar por que as empresas de pedágio já faturaram 3 bilhões e meio e ninguém foi preso.

A verdade que estamos vivendo, sinceramente, numa sociedade que é pautada, muitas vezes, em coisas que são absolutamente - me desculpe Deputado Rossoni, V. Exa. sabe o quanto lhe prezo - mas vamos ficar discutindo aqui cartão corporativo, que tem todo um regimento de funcionamento.

Aliás, quero dizer a V. Exa., os acordos feitos ontem aqui, com o Deputado Kielse, sinceramente. O Deputado Kielse - por minha culpa, é verdade, porque tive que sair numa emergência - pedi a ele, Deputado Rossoni, que ficasse aqui. Ele não tinha lido os requerimentos, até porque, Sr. Presidente, a Mesa não tinha protocolado esses requerimentos antes de eu sair. Já estávamos na Ordem do Dia. A minha assessoria não tinha recebido esses requerimentos, saí inclusive dizendo ao Deputado Kielse: não tem nada Kielse, pode ficar tranqüilo. Foi isso que eu disse ao Deputado Kielse.

Para nossa surpresa, apareceram aqui 3 requerimentos. Claro que muitos deles é possível responder.

Tem um aqui, que é de um caminhão, uma carreta de 25 toneladas de papel. Pede a descrição de todas as viagens, nota por nota, com comprovante junto, feito por todos os servidores públicos estaduais, em 2005 e 2006.

Sinceramente, não é requerimento que se apresente pedindo informação, até porque formulei a esta Mesa uma questão de ordem. Esta Mesa não responde a questão de ordem. Aliás, parece-me, Sr. Presidente, V. Exa. não está aí para ouvir os meus impropérios, mas sinceramente, a Mesa tem que responder.

Amanhã tem uma reunião do Colégio de Líderes, aqui nesta Casa, às 10h30, lá na presidência. Queria que o Presidente da Mesa começasse a responder as questões de ordem. Pedido de informação, a informação não é de documentos. Formulei por escrito uma questão de ordem para a Mesa. A Mesa não responde à minha questão de ordem, porque os pedidos de informação continuam eivados, na minha avaliação, desse erro do ponto de vista conceitual, de para quê serve, por que fornecer documentos através de Comissão Especial de Investigação.

Quero dizer, Sr. Presidente e Deputado Valdir Rossoni, que esse tema, na verdade, cartão corporativo foi uma inovação trazida no Governo de Jaime Lerner. E para dizer aqui, hoje eu lembrei do tempo que eu era de Oposição nesta Casa, fui Deputado nesta Casa e fui muito coerente, porque nunca subi nesta tribuna, com exceção de uma vez que a Dra. Lídia me pegou de "calças curtas". Nunca subi nesta tribuna e fui desmentido pelo Governo. Sempre fui à tribuna fundamentado naquilo que eu ia falar. Cartão Corporativo foi um avanço que tivemos, tenho que reconhecer isso, porque havia uma indústria de diárias frias no nosso estado, especialmente num período do Governo Jaime Lerner, de que o sujeito engrossava o salário, o salário lá embaixo, não havia política salarial para o servidor público nem para o pessoal que leva cargo em comissão, salvo naturalmente os "amigos do rei", a esses tudo. Ganhavam até alguns por fora numa agência de propaganda.

Mas o fato é que o cartão corporativo é absolutamente transparente, porque ele discrimina a despesa que é realizada eletronicamente, o controle absoluto da administração. Acabou-se aquela indústria de diária fria, onde o servidor sacava o dinheiro e sabia-se lá se iria viajar ou não. Tem o gasto comprovado. Esse foi um avanço e tenho que reconhecer isso.

Mas quero dizer que todos esses gastos, o nosso Governo é um Governo que se pauta pela ética com uma conduta firme dos nossos gestores públicos, temos controle interno daquilo que estamos fazendo. O dinheiro público para nós é sagrado, é um dinheiro bem aplicado, é um dinheiro que não se esvai, como se esvaiu no Governo Jaime Lerner e V. Exa. sabe muito bem do quê estou falando, porque sabe o quanto corrupto foi aquele Governo. Não me venha V. Exa. falar em CPI da Corrupção aqui, porque efetivamente, se há um Governo austero, se há um Governo que se pauta pela ética, é este Governo que tenho a honra de liderar aqui nesta Casa.

Quero dizer, Deputado Rossoni, que este é um Governo abençoado, que se preocupa com o povo, se preocupa com a população mais pobre, a população mais sofrida do nosso estado.

Quero dizer, Deputado Rossoni, que vou analisar aqui os requerimentos. Disse a V. Exa. que alguns desses requerimentos aqui, na verdade, na minha avaliação, são requerimentos abusivos. É aquilo que tenho falado na nossa bancada aqui sobre determinados requerimentos. E quero dizer o seguinte: V. Exa. sabe que não faço mais acordo para poder fornecer as informações extra-Sessão. Ou fazemos acordo para provar ou reformular o requerimento, ou para rejeitar o requerimento, porque quando tentei estabelecer aqui um acordo de cavalheiros, que pudesse de fato prestar todas as informações, fiz um grande esforço e consegui zerar essa pauta. Não tenho absolutamente nada pendente para fornecer a nenhum Parlamentar com quem fiz acordo aqui nesta Casa.

Quero dizer o seguinte: hoje em dia, eu encaminho pela aprovação, ou converso para reformular, ou pela rejeição do requerimento. Deputado Kielse encaminhou de uma outra forma, não vou desautorizar o Deputado Kielse, mas certamente aquilo que eu divergir aqui eu vou dizer a V. Exa. que estou divergindo e que certamente vamos estar dando um outro encaminhamento.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Romanelli, V. Exa. fez um belo pronunciamento, tenho prestado atenção, porque eu busco a informação.

Quando V. Exa. vem aqui argumentar, como há contradição no seu argumento.

Eu fiz um acordo com o Líder do Governo, ontem. Havia Parlamentares ao meu lado e inclusive elogiei a atitude do Líder do Governo, que estava no exercício da Liderança do Governo. Eu achei que aquilo era verdade. Como V. Exa. estava afirmando que aquilo não vale, peço ao Presidente, que participou do acordo, no exercício da Presidência, que coloque em votação nossos requerimentos, porque certamente serão ou aprovados ou derrubados, e eu vou tomar as providências.

Agora, Deputado Romanelli - desculpe me alongar um pouquinho só - V. Exa. é altamente competente nos seus argumentos, mas, V. Exa. enrosca na coisa mais simples que existe: a falta de transparência. Se o site do Governo tivesse essas informações, V. Exa. não teria que estar fazendo este esforço para explicar o inexplicável. Me permita discordar de V. Exa. e quero dizer a V. Exa. que amanhã ou depois vamos pegar o Grande Expediente e vamos fazer o grande debate, com este respeito e esta educação que temos mantido nos nossos debates. Divergindo, sim; fiscalizando, é nosso papel da Oposição. V. Exa. tem todo direito de defender seu Governo, mas V. Exa. sabe - como democrata que é - tem que defender nosso direito de minoria: fiscalizar.

E não há mais saída, porque temos, sim, 5 ou 6 fatos crônicos da administração pública estadual. Não

podemos fazer apenas uma CPI isolada. Temos que englobar todas. E aí, sim, falamos em CPI da Corrupção. Vamos atrás de tudo.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para concluir, Sr. Presidente.

Assisti no Congresso Nacional, como todos os Parlamentares desta Casa, a tal da CPI do fim do mundo. Que conseguiu fazer o quê? Eleger o Presidente Lula com uma das maiores votações da história deste país. A verdade é que nosso Governo é um Governo que não teme absolutamente nada, um Governo transparente. Foi o primeiro Governo que criou um site e colocou na internet 100% da sua despesa. Governo nenhum fez isso. Não tem lei que obrigue o Governo a fazer isso, mas o Governo faz, o Governo demonstra como aplica o dinheiro público. O Governador Roberto Requião é um homem público que se pauta - eu diria que até com um certo exagero do ponto de vista da transparência - mas se pauta com aquela forma que é absolutamente da natureza, da personalidade dele. Com sinceridade, com objetividade, com zelo pelo dinheiro público.

Então, quero aqui dizer que a Oposição está certa e que está errada. Quero dizer, na verdade - e vejo ali os Vereadores de Nova Esperança - mas, eu via os Vereadores e pensava o seguinte: lá em Nova Esperança, os Vereadores cobram, a nossa Prefeita Marli faz uma belíssima administração, com transparência. E ela é uma Prefeita que age com muita coerência e dá um grande exemplo, como mulher, fazendo uma grande administração no nosso estado.

Mas, quero dizer que temos que ter nesta Casa uma pauta positiva. Temos temas que são fundamentais para a sociedade paranaense. O que estou desafiando, sem querer em absoluto contraditar a Oposição, mas vamos fazer uma pauta dos temas que são importantes e relevantes para o Paraná, não vamos ficar aqui discutindo uma burocracia de cartão corporativo. Vamos discutir, vamos acabar com este roubo dos 3 bilhões e meio que já subtraíram, Deputado Rangel, da sociedade paranaense.

V. Exa. vai e volta todos os dias para Ponta Grossa. Paga duas vezes o pedágio: duas para vir e duas para voltar: R\$ 6,90 e R\$ 4,80 em São Luiz do Purunã. Todos os dias. Sagrado. Só 22% daquele dinheiro, em teoria, vai ser investido na rodovia.

Ainda, só para concluir, o Juiz Federal Friedmann Wendpap, tomou uma decisão histórica, numa ação civil pública, dizendo que a cláusula do contrato tem que ser discutida pela Justiça Estadual. Agora, os advogados das concessionárias de pedágio querem levar para Porto Alegre a discussão, quando deveríamos estar debatendo a questão aqui no Paraná, porque o Juiz paranaense sabe o impacto que o pedágio tem e ficou desmoralizado esse pedágio paranaense.

Mas, Sr. Presidente, isso é tema para outro dia! No mais, obrigado pela tolerância no tempo! Desculpe-me,

Deputado Marcelo Rangel, mas meu tempo esgotou completamente!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 322/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Presidente desta Casa de Leis, que envie expediente ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes no sentido de que sejam revistos os valores cobrados pelas concessionárias de pedágios do estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 323/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a isenção de ICMS sobre todos os defensivos agrícolas e produtos químicos destinados ao controle de ervas daninhas pré e pós-emergentes na cultura da soja convencional. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 324/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Cultura, para que seja feito um documentário sobre a colonização da região oeste do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Professor Luizão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Questão de ordem, Sr. Presidente.
(Assentimento)

Só quero justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin, que no dia de hoje está em Brasília em uma Audiência com o Ministério da Educação para tratar de um tema ligado à mesorregião do sudoeste, porque eles pleiteiam uma universidade para aquele mesorregião.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 228/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que estabelece prazo para que os veículos sinistrados fiquem expostos nos postos da Polícia Rodoviária Estadual e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/07, de 09/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 376/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que estabelece normas de proteção à vida dos motociclistas comerciais. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/07, de 22/05/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 501/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina de Governador Leonel Brizola a ponte sobre o Rio Iguaçu, localizada entre os municípios de Realeza e Capitão Leônidas Marques. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/07, de 10/07/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 503/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que altera a alínea "f", do artigo 6º, da Lei nº 12327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades de Despachante de Trânsito. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/07, de 10/07/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 542/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que autoriza o Poder Executivo a doar a Companhia de Habitação do Paraná - COHAB, o imóvel que especifica, localizado no município de Pinhais. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/07, de 02/08/07, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 526/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que propõe que em virtude da junção das Escolas Estaduais Barão do Rio Branco e Padre Anchieta, no município de Inajá, o novo estabelecimento de ensino fica denominado de Colégio Estadual Barão do Rio Branco. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só gostaria de aproveitar para fazer um comunicado à Casa e aos Deputados. Como Presidente da Comissão de Fiscalização, tínhamos organizado uma acareação amanhã, dia 17, entre o Diretor-Jurídico do Ministério Público, Dr. Medeiros, e o Diretor-Jurídico da ParanaPrevidência, dando seqüência ao trabalho que a Comissão de Fiscalização tem realizado nesses últimos dias. Comunico oficialmente que recebemos um ofício da parte do Ministério Público, falando da impossibilidade do comparecimento do seu representante na data de amanhã, solicitando portanto que seja remarcada uma data em um dia futuro.

Então, comunico aos demais Pares, aos membros da Comissão de Fiscalização e também à imprensa que infelizmente amanhã, portanto, não ocorrerá a acareação que estava marcada, em função da impossibilidade de comparecimento do Diretor-Jurídico do Ministério Público, Dr. Luiz Medeiros.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, queria fazer um registro também. Na quarta que vem, não nesta de amanhã, foi confirmada a presença da Associação Nacional dos Misturadores de Adubos, que virá aqui na comissão que acompanha o excesso do preço dos insumos. Será na quarta-feira da outra semana, virão para cá os representantes nacionais, são várias empresas, em torno de 70 empresas que trabalham com mistura de adubos e eles vêm aqui, nós vamos argüi-los para tirarmos as nossas dúvidas acerca do excesso do preço dos insumos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Que horas, Deputado?

O SR. ELTON WELTER (PT) (Pela Ordem)

Será às 10h00 da manhã, na próxima quarta-feira da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente.

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Prefeitura Municipal de Nova Londrina, imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DA COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/07, DE 09/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 485/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder à cessão de uso de imóvel do estado à Prefeitura Municipal de Nova Londrina, para abrigar órgão da Secretaria da Educação.

Fundamentação

Tal pretensão encontra respaldo constitucional, tendo em vista tratar-se de bem do domínio público. O doutrinador Celso Antônio Bandeira de Melo, explica que *bens públicos são todos os bens que pertencem às pessoas jurídicas de Direito Público, isto é, união, estados, distrito federal, municípios, respectivamente autarquias e fundações de Direito Público (...). O conjunto de bens públicos forma o domínio público, que inclui tanto bens imóveis como móveis.* (grifos nossos)

Desta forma, a Constituição do Estado dispõe:

Art. 53. *Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

(...)

XIII - *bens do domínio público.*

Art. 10. *Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.* (grifos nossos)

Diante dessas previsões constitucionais, verifica-se a subsunção do presente projeto ao exigido em lei, portanto não há óbice quanto a sua tramitação. Porém, em razão da falta de previsão quanto a eventual destinação diversa dada ao imóvel que se pretende doar ou efetuar cessão de uso, sugere-se a emenda aditiva em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, diante da constitucionalidade aferida,

opina-se pela aprovação do presente projeto na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 485/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Nova Londrina, do imóvel objeto da Matrícula nº 1616 do Livro 2, fls. 01 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, constituindo por partes dos lotes nºs 07, 08 e 09 da quadra nº 18 da Planta Geral da Cidade de Nova Londrina, com área de 658, 56 m2 (seiscentos e cinquenta e oito, cinquenta e seis metros quadrados), sobre o qual encontra-se edificado um prédio em alvenaria, com 162,35 m2, o qual será destinado a abrigar órgão da Secretaria da Educação.

Parágrafo Único. Qualquer destinação ao referido imóvel diversa da prevista nessa lei, implicará em imediata reversão do imóvel ao patrimônio do estado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
MAURO MORAES - Relator

Apoioamento:

Nereu Moura e Artagão Júnior

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 485/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a doação do imóvel ao município nas hipóteses que especifica.

Aos 20 de agosto do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão, conforme o substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 485/07

Fica acrescido artigo 2º, renumerado o artigo 3º, do Projeto de Lei nº 485/07, com a seguinte redação:

“Art. 2º A presente cessão de uso vigorará até o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.”

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Sertãoópolis, de imóvel, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DA COPTC AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/07, de 16/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 515/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana tem como escopo autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Sertãoópolis, o qual deverá ser utilizado pelo SERMUSA - Serviço Municipal de Saúde.

Fundamentação

É necessária a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual do Paraná:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Tendo em vista que a cessão tem como destino um município do estado do Paraná, resta clara a constitucionalidade da iniciativa do projeto em questão.

Quanto à técnica legislativa, o projeto em questão não apresenta nenhum óbice frente a Lei Complementar n° 095/98.

Conclusão

Desta forma, tendo em vista a constitucionalidade do projeto apresentado, opina-se por sua aprovação.

Ainda, sugere-se uma emenda substitutiva geral ao presente projeto de lei, com o objetivo de assegurar que o imóvel objeto da cessão de uso em tela seja utilizado para a finalidade pretendida pelo legislador.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N° 515/07

Com fulcro no que autoriza o Regimento Interno da Assembléia Legislativa no Paraná, em seus artigos 29, parágrafo 1°, III e 137, parágrafo 2°, sugere-se a presente emenda:

“Art. 1° Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Sertãoópolis, de parte do imóvel objeto da Matrícula n° 165, fls. 259 do livro 3/6 do 1° Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Londrina/PR, cujo prédio abrigava a extinta Agência de Rendas, o qual será utilizado pelo SERMUSA - Serviço Municipal de Saúde do mencionado município.

Art. 2° O imóvel acima descrito deverá ser usado unicamente para a finalidade estipulada no artigo 1° e seu desvio importará em imediata reversão ao patrimônio do estado.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI N° 515/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a doação do imóvel ao município nas hipóteses que especifica.

Aos 28 de agosto do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão, conforme o substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO SUBEMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI N° 515/07

Fica acrescido parágrafo único ao artigo 1°, do Projeto de Lei n° 515/07, com a seguinte redação:

“Art. 1° ...

Parágrafo Único. A presente cessão de uso vigorará até o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.”

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimento n° 3039, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3040, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimentos n°s 3041 e 3042, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3043, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3050, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 3051, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3052, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Eduardo Cheida, Rosane Ferreira, Elton Welter, Osmar Bertoldi, Cleiton Kielse, Luiz Malucelli e Reni Pereira, membros da CEMA, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3055, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3056 a 3058, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar os nossos visitantes da cidade de Nova Esperança, da Câmara Municipal, o Devair Galani, o Eurides Fernandes, o Fábio Yamamoto e a Luciana Giolin.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ao encerrar a nossa Sessão, agradecemos a presença dos ilustres visitantes.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 495, 506 e 587/07, e do Projeto de Revolução nº 031/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 485 e 515/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 548, 590, 661 e 648/07, e do Projeto de Resolução nº 029/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 629-A/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANTENOR JOSE CECATO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2037/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado

sob nº 9515, datado de 14 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder, a REGINA DA SILVA PALOTA, matrícula nº 40.327, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, lotada na Diretoria Legislativa, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portaria

PORTARIA Nº 225/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

colocar, à disposição, JOEDI MACHADO, matrícula nº 7472, para prestar serviço junto a Defensoria Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, até 31/12/07, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente

deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - Aprovada, após dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 136/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli - Parecer CONTRÁRIO do Deputado Valdir Rossoni - REJEITADO por 64 votos. Os Deputados Caíto Quintana, Mauro Moraes, Artagão Júnior, Carlos Simões, Nereu Moura e Francisco Bühner votaram contra o parecer do Relator, e os Deputados Douglas Fabrício, Reni Pereira e Luiz Carlos Martins votaram com o Relator. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Alexandre Curi, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - Aprovada, após dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: O Deputado Nereu Moura apresentou requerimento solicitado a inversão de pauta. O Sr. Presidente coloca em discussão e votação - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 229/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 224/07 de autoria do Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 219/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 212/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 211/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 210/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 218/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Douglas Fabrício SOLICITA VISTAS - CONCE-

DIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 215/07 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. O Sr. Deputado Mauro Moraes SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 214/07 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. O Sr. Deputado Mauro Moraes SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 213/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 206/07 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. O Sr. Deputado Mauro Moraes SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 205/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 190/07 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 189/07 de autoria do Tribunal de Justiça. O Sr. Deputado Jocelito Canto SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 15) Projeto de Lei nº 184/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Mauro Moraes SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 16) Projeto de Lei nº 134/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. O Sr. Deputado Douglas Fabrício SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 17) Projeto de Lei Complementar nº 058/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. O Sr. Deputado Jocelito Canto SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Os Deputados Reni Pereira e Luiz Claudio Romanelli apresentam requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 136/07. O Sr. Presidente coloca em discussão e votação - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 136/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Os Deputados Luiz Claudio Romanelli e Valdir Rossoni sugerem que seja feita uma Audiência Pública para tratar da matéria. O Sr. Presidente determina a retirada de pauta e estabelece o próximo dia 24 de abril para a realização de Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz

Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Professor Luizão, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - Aprovada. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 058/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer do Deputado Nereu Moura FAVORÁVEL às Emendas nºs 03 e 05 e contrário às Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 06 - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 068/07 de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner, na forma da emenda substitutiva geral anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 146/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ney Leprevost, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 157/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 158/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 162/07 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer do Deputado Ney Leprevost pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 167/07 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 170/07 de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 177/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ney Leprevost, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 184/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 187/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. O Sr. Deputado Mauro Moraes SOLICITA VISTAS - Concedido pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 213/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 214/07 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ney Leprevost - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 215/07 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ney Leprevost, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 218/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 018/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer do Deputado Nereu Moura pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 113/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins FAVORÁVEL À EMENDA de Plenário - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 197/07 de autoria do Deputado Edson Strapasson.

Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 201/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 223/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Sr. Deputado Professor Luizão SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 21) Projeto de Lei nº 225/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. O Sr. Deputado Artagão Júnior, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estados dos Transportes - DEFERIDO pelo Presidente; 22) Projeto de Lei nº 233/07 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 238/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Os Srs. Deputados Artagão Júnior, Mauro Moraes e Pastor Edson Praczyk SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 24) Projeto de Lei nº 246/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 251/07 de autoria do Deputado Carlos Simões. O Sr. Deputado Professor Luizão, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO pelo Presidente; 26) Projeto de Lei nº 252/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 27) Projeto de Lei nº 151/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 165/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 261/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 262/07 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 275/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 276/07 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 277/07 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 176/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 209/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 259/07 de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 266/07 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 267/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do

Deputado Duílio Genari - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 270/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, às 13h, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Ribas Carli Filho, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 189/07 de autoria do Poder Judiciário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni, na forma da emenda anexa e contrário à emenda do Deputado Jocelito Canto - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Reni Pereira e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente Audiência, a qual transcorreu conforme gravação a seguir.

DEGRAVAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA - PARANAPREVIDÊNCIA

“...com sentido de que nós consideramos na concepção e na gestão da ParanaPrevidência são técnicos absolutamente capazes. Mas eu gostaria de chamar a atenção para os senhores, para o caminho importante. Isso deve preocupar todos os servidores públicos do estado do Paraná, ou seja, a possibilidade de os termos propostos no decreto mesmo com a alteração efetuada ainda aqui, é... nós nos deparamos com a possibilidade muito grande de partidização da gestão da previdência do servidor público e isso não é adequado. Por outro lado, no que se refere - para concluir, Sr. Presidente - à questão da constitucionalidade do projeto, que eu entendo ainda, há de se dizer que a ParanaPrevidência é um serviço social autônomo que foi criado por iniciativa do Governo, por iniciativa do Executivo, e como serviço social autônomo estatal, compõe o espectro da administração pública do estado do Paraná e o artigo 66 da Constituição não aditivou, dizendo se aquela licitação pública, cuja iniciativa é privativa do Governador, seria a administração pública direta ou indireta, autárquica ou... Por outro lado, mesmo com o artigo 53 da Constituição, ele trata das atribuições da Assembléia Legislativa que de fato tem a competência para legislar. Mas o artigo 54 excepciona quando trata das... e diz lá que aquelas iniciações são atribuições privativas da Assembléia. Da mesma forma como é privativo do Governador a proposta de emenda para alterar a lei.

Muito obrigado.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Muito obrigado pelo seu posicionamento.
Pela ordem, Deputado...

Com o maior respeito, mas ele se refere a um meio que foi enviado por um advogado consultor dessa área e eu presumo que se não foi o autor que disponibilizou esta cópia, se não foi ele quem participou... porque eu não recebi essa cópia, esse e-mail para que a pessoa...

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Perfeitamente, feito o devido esclarecimento, nós convidamos agora, a Sra. Lilian Cubas que vai falar em nome do SINDICONTAS - Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CONVIDADA (LILIAN CUBAS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes. A missão que me traz aqui hoje é de extrema importância, porque em nome do fórum sindical que representa a grande maioria dos servidores públicos do Estado do Paraná, e em particular, e em nome do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado, venho técnica e juridicamente expor as ações que nos levam a desfrutar do substitutivo do Projeto de Lei nº 136/07, que tem por objetivo alterar a Lei nº 12398/98 no que se refere a participação igualitária dos servidores públicos no gerenciamento dos serviços da ParanaPrevidência.

Para entender toda a questão, é necessário um breve resumo da atual legislação no tópico que se pretende alterar. Atualmente a legislação prevê que o Conselho Diretor é composto pelo Diretor-Presidente, Diretor da Administração, Diretor de Previdência, Diretor de Finanças e Diretor-Jurídico, sendo que os cargos de Diretor-Jurídico e de Diretor de Administração devem ser ocupados por servidores públicos inscritos na ParanaPrevidência. O projeto original propunha que esta representação dos servidores públicos no Conselho Diretor fosse excluída da lei. Por interativo legal isso não era possível, razão pela qual alterou-se o projeto original, substituindo-o pela seguinte proposta: “os Diretores serão indicados ao Governador do Estado, pelo Secretário da Administração e Previdência, dentre pessoas qualificadas, com formação de nível superior, sendo dois deles obrigatoriamente escolhidos dentre os servidores, pela competência.

Ocorre que, não obstante, a apresentação da participação dos servidores públicos no Conselho Diretor, nesse substitutivo, retirada a qual legislação a obrigatoriedade de que a função de Diretor-Jurídico seja exercida pelo servidor público, é extremamente questionável. Por quê? Primeiro, em detrimento da importância das atribuições das demais diretorias, certo é que, pela legislação, somente o Diretor-Jurídico tenha representatividade judicial da ParanaPrevidência e o dever legal de... a vários atos emanados tanto pelo Diretor-Presidente, quanto pelas demais diretorias. Ou seja, para que seja possível a... de contrato... suas alterações, a realização de contratações em todas as modalidades, inclusive a prestação de serviços por terceiros, a celebração de convênios, protocolos e criadores de convênios, obrigatoriamente o Diretor-Jurídico, previamente deverá aprovar os textos dos referidos documentos.

Todas as atribuições da Diretoria Previdenciária, novamente previa a lei que cada Diretor-Jurídico, a emissão de pareceres conclusivos acerca dos pedidos de concessão e benefício e de inscrição dos segurados... sem o qual, inclusive o Tribunal de Contas não dará prosseguimento nos processos de... No que se refere... cabe também ao Diretor-Jurídico previamente, emitir parecer sobre a legalidade do procedimento e aprovar os instrumentos conforme exige a lei de licitação.

E por fim, quanto às atividades do Diretor de Finanças e Patrimônio, em especial na... dos bens pertencentes a ParanaPrevidência, há necessidade de uma divisão do Diretor-Jurídico. Como V. Exas. podem observar, considerando as descrições... ao Diretor-Jurídico, o foro intersindical e... chegam à uma conclusão: a imparcialidade e a autonomia para a elaboração de tais pareceres... de atos emanados pela... será totalmente preservada se aquele que exerce o cargo de Diretor-Jurídico for servidor público. Porque esta estabilidade inerente ao servidor...

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Um minuto para concluir.

CONVIDADA (LILIAN CUBAS)

...descomprometimento com questões diversas, garante a esse servidor a imparcialidade a seus pareceres. Bom, eu gostaria de, pessoalmente, fazer um adendo a essa questão. O substitutivo traz uma justificativa que a dificuldade de encontrar...

Eu sou advogada do Poder Executivo, fui advogada do Poder Executivo por muitos anos e sou Assessora Jurídica do Tribunal de Contas há 15 anos. E acho que, permanecer, aceitar essa justificativa seria assim, primeiro, uma injustiça com o quadro de advogados, não só do Poder Executivo, mas também do Legislativo e do Judiciário. Seria aceitar que dentro de todo esse quadro, nós não temos funcionários competentes para exercer a atividade de Diretor-Jurídico da ParanaPrevidência, que não são atividades somente de ações previdenciárias, mas sim trabalhistas, administrativas e demais.

Então, acho que seria uma injustiça e que ficaria muito feio para o estado do Paraná, admitir isso num projeto de lei.

Muito obrigada pela atenção de todos.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Inscrito também o representante do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas da ParanaPrevidência, o professor Jesus Vieira. Igualmente, 5 minutos improrrogáveis.

PROFESSOR JESUS VIEIRA

Boa-tarde senhores e senhoras.

Vou falar pausadamente, porque estou aposentado por invalidez na ParanaPrevidência. Depois de 10 anos à frente do Sindicato das Universidades, depois de denunciar a corrupção nas universidades, eu fui criado em uma... estadual, eu tenho uma pena que estamos em uma Audiência Pública, que eu não tinha tempo para abordar os muitos ex-Governos que se fizeram nos últimos 12 anos. Até para justificar a minha fala, mas para não... o meu... é que o Brasil - Paraná venha a ser uma Venezuela onde se atribui ao governante o poder de governar por decreto.

Então, espero de coração, eu que conheço esta Casa há mais de 15 anos, onde perguntava semanalmente que esta Casa usa de seu poder independente, porque basta nós pensarmos que nós somos 91 mil representados... Eu estou percorrendo o estado do Paraná, onde semana passada falei com dois... de repente, se diria a ParanaPrevidência, assim de repente, o senhor... do Paraná, o que pensa em fazer assado, que para tanto é preciso mudar aí. ... amigos Deputados, para terminar, já que não tenho a oportunidade de relacionar os muitos casos que conheço destes Governos...

Espero que o meu querido ParanaPrevidência não venha a ser o INSS do Brasil, que apareceu a partir de uma “jorginha”, muitas “jorginhas”. De repente nós estaremos aprovando uma emenda, ou uma modificação na lei, criando até talvez uma escola, praticando o absurdo, até mesmo do... Até mesmo porque no Brasil, quase que

virou moda, quase que virou moda roubar,...Então espero, já que nós temos no Brasil os 3 Poderes líderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, e esta Casa de Leis, faça valer o seu poder, sem entregar os pontos.

Obrigado.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Por ordem de inscrição, Deputado Valdir Rossoni, 5 minutos.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, nós, desde o início, que foi apresentado este projeto do Deputado Romanelli, nós estamos mantendo uma posição. Primeiro, nós já conseguimos um avanço, não quebrar... da ParanaPrevidência com o substitutivo, o Deputado Romanelli, é..., tomou a iniciativa que nós relatamos no primeiro questionamento.

Segundo, eu quero comentar aqui, não desmerecendo os outros representantes, a Presidente do Sindicato do Tribunal... Parece-me que nós conversamos e o nosso parecer é praticamente o que a senhora falou, que nós sempre temos sustentado aqui. É... nós, é o Deputado Romanelli, nós não conversamos antes, quando ela - a doutora - estava preparando o seu parecer, o seu posicionamento. Que é o mesmo desde o início, meu. É... segundo, nós temos sustentado aqui de que este projeto é inconstitucional porque nós temos que partir do seguinte princípio: a ParanaPrevidência, ela é pública, direta ou indireta? Ela é de administração pública indireta. Há constitucionalista, advogados que sustentam, baseados no artigo 53 que fala da administração pública direta. Aí sim pode ser competência e é de competência do Poder Legislativo. Mas quando nós estamos tratando aqui de administração pública indireta, temos que nos ater ao artigo 66 da Constituição que diz que é iniciativa do Poder Executivo.

Por esta razão, eu venho insistindo com o Líder do Governo - que é o autor desse projeto - respeitar pelo menos pelo princípio da iniciativa, baseado no artigo 66, que é iniciativa do Poder Executivo. Por esta razão nós não lembramos nem da questão do mérito, porque isto nós teremos oportunidade de discutir...

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Um minuto para concluir.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

... de dar o mérito. Também quero dizer aqui que esta justificativa que tem dificuldade de encontrar um servidor público para exercer a função de Diretor-Jurídico da ParanaPrevidência não se sustenta, porque aqui dentro desta sala mesmo, nós vamos encontrar servidores públicos que têm toda a competência para exercer essa diretoria na ParanaPrevidência.

Por esta razão, Sr. Presidente, eu peço aos Srs. Parlamentares que votem pela inconstitucionalidade desse projeto, baseados no artigo 66 da administração pública indireta, que é o caso da ParanaPrevidência.

Obrigado.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Agradeço ao Deputado Valdir Rossoni.

Inscrito o Deputado Nereu Moura.

DEPUTADO NEREU MOURA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Na verdade, esta Audiência Pública foi mais para que a gente ouvisse do que falasse. Que a gente ouvisse a opinião das pessoas que têm interesse neste tema. Agora, é preciso a gente ponderar algumas questões. Primeiro, que eu percebia aqui quando ouvi alguns Governadores... ouvi dizer que esse projeto não é de autoria do Poder Executivo, esse projeto não é de autoria do Governador Requião. Esse projeto é de autoria do Poder Legislativo...

Portanto, quando ouvi alguém dizer que o Paraná iria virar uma Venezuela, é preciso respeitar que esse Poder vai discutir essa matéria que surgiu aqui dentro mesmo.

Por outro lado, ia requisitar, o Deputado Valdir Rossoni,... que nem no mérito entrou, ficou... ou seja, analisou ele e seus companheiros que o projeto é inconstitucional ao vício de origem. Portanto, quer dizer, não dá para misturar... na verdade, nós estamos aqui discutindo inclusive para a Sessão anterior - vejam a vontade de acertar que está tendo aqui, onde há menos possível - na Sessão anterior eu que tinha feito um voto em separado, acatei uma proposição do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que foi o autor da idéia desta Audiência Pública, para que todos pudessem opinar, para que todos pudessem, discutir. De forma que, mais tarde, o Deputado Reni Pereira também conversou... a questão da Audiência Pública.

Então, aqui não tem, ninguém quer passar para trás. Na verdade, o que nós estamos pensando,..., que atenda os interesses públicos do Paraná, os interesses dos nossos servidores, mas também os interesses do estado do Paraná.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer a V. Exa. e as demais... que aqui estão, de que, naturalmente, é preciso fazer estas ponderações e dizer que a comitiva foi importante, nós vamos naturalmente voltar para... esse tema, já emergencialmente, porque o projeto está em regime de urgência. Mas foi importante ouvi-los para saber o que os funcionários pensam a respeito das mudanças que estamos analisando aqui na CCJ e que posteriormente irá ao Plenário da Casa.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Por ordem de inscrição, Deputado Luiz Carlos Martins.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

De fato, o Deputado Nereu Moura tem razão. Nós tínhamos que estar aqui hoje mais ouvindo do que falando, é verdade. Mas se a gente retroceder, vai perceber que nós estamos desde o início batendo na seguinte tecla: no relatório do Deputado Valdir Rossoni... exatamente disse o Deputado Nereu Moura, não foi o Governador que... o

projeto nesta Casa, na verdade devia ser o Governo mandar esse projeto. Ele foi apresentar pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, nós temos essa... nós não temos esta prerrogativa.

Em outro aspecto importante aí, é a relação de que nos quadros dos servidores do Paraná, não existem advogados competentes para assumir a Diretoria Jurídica da ParanaPrevidência... eu creio que estamos cometendo uma injustiça muito grande e até ofendendo esta classe de servidores.... É um outro aspecto importante e eu creio que depois virão outras mudanças e essas outras que virão em relação à ParanaPrevidência, eu não sei não, algo me diz que essas mudanças virão através, aí sim, do Palácio Iguazu, do Executivo.

Então, o meu receio é de que abra a porteira. onde passa um boi, passa uma boiada. Só isso, não estou colocando em dúvida, não estou, enfim. Passa um boi, abriu a porteira, vem toda a boiada. Essa é a nossa preocupação.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Por ordem de inscrição, Deputado Caíto Quintana.

DEPUTADO CAÍTO QUINTANA

Eu da mesma forma,..., essa posição, mas eu não quero entrar no mérito dessa questão. Mas eu quero discutir aqui outra... advogados, eu quero defender o princípio de ser exclusivo do Poder Executivo... por isso, Deputado Valdir, é uma... de discussão muito antiga, concordo que em 1989, quando... a Constituição do Estado do Paraná, se discutiu, há uma falta de profundidade na análise desta questão, o que se complica você ter alguém no projeto, o que se complica discutir as idéias desse projeto. Essa discussão nós já tivemos muito forte e os senhores são testemunhas disso,... O Judiciário julga-se por exemplo, como a iniciativa das leis que tragam sobre o Judiciário e não quer medir, nunca que nós vamos medir... de que a Assembléia não pode... uma lei que tenha... no Judiciário... porque ela não pertence à Assembléia, que é a lei, mais além, não pode alterar sua própria lei com razão para vim para cá... Tribunal de Contas segue mais ou menos no mesmo caminho: o que a lei diz o que a lei fala, porque a lei não sei o quê. Quem aprovou esta lei? Esta Casa? Quem pode mudar esta lei? Esta Casa?

A origem da criação da ParanaPrevidência, que aliás é... A origem da lei que instituiu a ParanaPrevidência não veio do estado. Agora, a alteração da lei é competência de Legislativo e não de Executivo e nem de Judiciário. Principalmente uma lei como essa, que não está tirando qualidade, não está criando cargo, não está aumentando despesas,... todos objetivos destacado na Constituição, na competência da Assembléia Legislativa.

Outra coisa, como se foca o artigo 54 da Constituição, este artigo diz que é competência de Assembléia sem ascensão do Governador. Aí eu botei que ela era absolutamente de responsabilidade de promulgação do Legislativo. Agora, os atos delegados no artigo 53, são de competência de origem do Executivo, com a aprovação da

Assembléia do... do Executivo. Eu não posso admitir que este pensamento, que procuro analisar o funcionamento das questões, e essa discussão que não houve nem sequer dos advogados constitucionalistas, eu não vejo como... O Executivo, ela vem aqui na Assembléia votar e devolve para o Executivo que promulga, afinal nós não podemos mudá-la. Nós não estamos dando a origem também. Nós estamos, nesse momento, fazendo uma alteração...

Era essa colocação que eu queria deixar no início desta Audiência.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Por ordem do inscrição, o Deputado Douglas Fabrício.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, senhores aqui presentes, Deputados.

Esse assunto ParanaPrevidência, quando veio à tona, vim busca informações e tentar responder... do Deputado Caíto, eu não estava aqui, lá atrás... felicidade também, Deputado Romanelli, conseguir que todos assinassem esse documento para fazer uma Audiência Pública, que nós pudéssemos discutir, e eu como novato na Casa, ouvir o que pensam todos sobre o determinado assunto, para eu aprender e contar aqui conforme prega meus princípios em respeito à população. É... (telefone toca)... a inconstitucionalidade que nós estamos discutindo aqui, nesse caso, que foi provado que é inconstitucional, com vício de iniciativa, nós já tivemos outras vezes.

O Deputado Mauro Moraes, me cortou o coração com o projeto de sua autoria. É... que teve... de origem, que era inconstitucional. Vou estudar sobre isso e aí tem lá dizendo que algumas leis é responsabilidade, a iniciativa é do Governador. Se ele manda para cá, nós podemos fazer ponderações conforme imaginamos, conforme pensamos. Como algumas que podemos ter iniciativa. Está ali no Regimento, está ali na Constituição. A própria Constituição Estadual que se subordina a Constituição Federal, Constituição Federal também reza a mesma coisa, então é a mais importante.

Nesse caso aqui, pelo o que ouvi do Relator, lá do início, para discutir a inconstitucionalidade desse caso, é só o Governador mandar uma lei propondo as alterações, que daí vamos discutir o mérito desse caso. E que pelo próprio mérito também tem precedentes. Se formos discutir que as pessoas diretamente envolvidas são contrárias a essa operação. É... nós estamos, como eu estou aprendendo, quero parabenizar o Presidente por ouvir realmente, que é prerrogativa técnica, ouvir todos os Deputados.

Tenho certeza de que todos querem acertar, todos querem fazer com a que vida das pessoas melhore. O Poder Legislativo tem a prerrogativa de fazer as leis e fiscalizar, para que possamos melhorar.

Então nesse ato de hoje, nós estamos exercendo o nosso poder, que foi nos dado pelo povo: que é ouvir para fiscalizar as leis do Executivo e até mesmo do Legislativo.

Então eu, para finalizar e reforçar que especificamente a iniciativa desse projeto, de alteração desta lei, não pode ser do Legislativo, tem que ser, se quiser fazer, tem que ser do Executivo.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Agradeço ao Deputado Douglas....As sessões da Mesa estão encerradas com o Deputado Mauro, haja vista que o Presidente da Casa, atendendo a um atendimento nosso, prolongou a Sessão por mais... até às 14h40. Por nosso tempo então, teremos a palavra do Deputado Reni, o Deputado Romanelli e o Deputado Mauro Moraes, como eu tinha inscrito. (**Murmúrios**).

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Como essa iniciativa foi do Deputado Reni e do Deputado Romanelli, de nós ouvirmos aqui os servidores, acho que é uma questão apaixonante não é, Deputado Caíto? Gostaria muito de contrapor seus argumentos. Eu quero dar uma sugestão a V. Exa.: que não é uma semana que fará diferença, essa lei aprovada ou não. Nós poderíamos adiar a votação para podermos aproveitar ainda mais os estudos sobre essa questão.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Essa é a questão a que leva V. Exa.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Obrigado.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Agradeço a sugestão.

Por ordem de inscrição, Deputado Reni.

DEPUTADO NEREU MOURA

Pela ordem, Sr. Presidente.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Palavra, pela ordem, ao Deputado Nereu.

DEPUTADO NEREU MOURA

Antes do Deputado Reni falar,..., em razão, uma vez que são 14h30 e está começando o Plenário, a gente possa transferir para amanhã em utilidade de escritos.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Como nós encerramos a inscrição no Deputado Moura, estou rigorosamente controlando a dar por encerrada a Audiência Pública ainda nesta Sessão.

Sem demoras, Deputado Reni.

DEPUTADO RENI PEREIRA

Primeiramente, o Deputado Nereu não tenha nada contra a minha palavra... Ah, com certeza.

Sr. Presidente, Sr. Presidente da ParanaPrevidência, Srs. Deputados, em especial os servidores que aqui se fazem presentes. Acredito que esse projeto, e comentei

até com o autor do projeto várias vezes comentando sobre ele, esse projeto realmente pode contribuir para que a ParanaPrevidência continue sendo modelo, mas nós temos que discutir, porque, a questão do... do Deputado Caíto alertou, nós já tivemos vários projetos com o que foram sancionados pelo Governador, outros que tinham um mérito importante que foram vetados e que foi mantido o veto aqui nesta Casa, só porque tinha... é, isso pode ser corrigido. Concordo com o Deputado Caíto Quintana, que também se fizéssemos uma interpretação, poderíamos até sanarmos essa questão do... assim para votar e não... Poder Executivo através do... E... agora o que eu quero dizer é o ponto de vista, que nós estamos divergindo.

Se por um lado a ParanaPrevidência, a presidência da ParanaPrevidência, Presidente do Conselho de Administração e o próprio Governo, já que o projeto é do Líder do Governo e até agora não houve manifestação do Governo, que não tem interesse e que é contra o projeto. Tem interesse nesse projeto? Nós temos controlado os servidores públicos apreensivos. E quando eu falo “apreensivos” eu quero aqui até justificar as palavras daquele Presidente do Fórum de Aposentados e Pensionistas.

Na verdade, a questão que se vai conduzir como vem sendo conduzido, tanto é que o próprio Presidente, José Maria, falou que hoje está com a administração...mesmo com as dificuldades, nós estamos administrando bem os recursos da ParanaPrevidência, que são recursos... e por outro lado temos a apreensão de lá na frente, de quando precisamos desses recursos realmente, esses recursos estarem garantidos.

Então... não é desse Governo, do Governo passado, do Governo futuro. Eu acho que nós podemos fazer desse... E eu quero dizer que todos os percalços que tivemos aqui, até com o Deputado que fez um voto em separado, com o Líder, foi no sentido de chamar os verdadeiros interessados, que são os servidores, para o debate. Poderemos aprovar esses projetos, provavelmente será aprovado aqui, será aprovado no Plenário, poderemos fazer uma emenda de Plenário, sim, e garantir o mecanismo de acompanhamento e fiscalização por parte dos servidores, uma maior participação dos servidores, como foi falada aqui pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

Existem segmentos importantíssimos do serviço público estadual, que estão a mercê da representatividade, então nós precisamos criar um mecanismo, e eu acho que a oportunidade é agora, por isso essa Audiência, ela foi muito importante para enriquecer o projeto, como falou o Deputado Nereu Moura, não pela questão de garantir..., acho que até está aqui presente o Presidente do Sindicato, o Vice-Presidente do Sindicato dos Auditores do Estado do Paraná, que lá atrás, a única coisa que..., se o Deputado garantir a qualidade nós já estamos satisfeitos. Já foi garantido isso na semana passada, porém eu acho que, é como foi falado, vamos discutir mais amplamente a ParanaPrevidência, criar um mecanismo para que esse mecanismo transcenda a administração do José Maria, transcenda a administração do Requião e realmente fixe

naquilo que é o objetivo da ParanaPrevidência: garantir o sustento e a qualidade de vida dos servidores, porque ontem mesmo nós tivemos aqui, tivemos uma declaração infeliz no início da Previdência, querendo reduzir as pensões de acordo com a idade da viúva e do serviço público. Nós não podemos admitir isso. Se hoje todos os percalços... para ser investido na característica do servidor público. É lógico que uma das poucas garantias que ele tem é que ele terá uma aposentadoria ou pensão para todos os seus entes queridos, condizente com a sua situação... da atividade.

Então, quero dizer ao Deputado Romanelli que essa Audiência Pública, em nenhum momento, nós forçamos para chegar, em nenhum momento foi para constranger, pelo contrário, foi para contribuir. Eu, de minha parte, até já concordo com a sua emenda, com o seu projeto, mas gostaria que os servidores apresentassem uma emenda que garantisse a maior participação e a maior representatividade na fiscalização e os novos investidores da ParanaPrevidência.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Com a palavra o Deputado Romanelli

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Servidores, Srs. Deputados, José Maria, Dr. Anacleto.

Eu ouvi aqui diversos Relatores, embora eu peço que quando propus, junto ao Deputado Reni, que realizasse uma Audiência Pública, eu confesso que não vi mais..., mas vistas as manifestações aqui..., foram manifestações importantes, eu as respeito e... quero dizer que a nossa proposta ao apresentar esse projeto de lei, ele foi justamente flexibilizar, mas ao mesmo tempo garantir uma gestão eficiente para a entidade que faz o gerenciamento, eu diria, gerenciamento administrativo do público da previdência do estado.

Nós temos um serviço social da ParanaPrevidência, uma pessoa jurídica de direito privado,... uma natureza especial, aliás, podemos considerar uma estatal como uma inovação até da reforma... Mas efetivamente, eu quero dizer que o Deputado Caíto Quintana, ele enfrentou a questão da inconstitucionalidade.

Se cada um dos Deputados, mesmo que não sejam formados em Direito, leiam, de forma expressa, o artigo 66 e leiam o artigo 53 da nossa Constituição Estadual, você vai ver que é, na realidade,... da norma legal. Fica claro que não há vício de iniciativa nesse nosso projeto de lei. Essa questão da constitucionalidade é absolutamente, na minha avaliação, superável.

Desculpem aqui os que falaram contra o tema, mas não quer dizer que V. Exas., estão equivocadas e que V. Exas., também. É só ler a lei, não precisa nem ser formado em Direito. Antes demais, que entrando no mérito, eu ouvi aqui as palavras do atual Diretor-Presidente da ParanaPrevidência, Sr. José Maria de Paula Correia, Delegado de Polícia já aposentado, prestou serviço como

Delegado Geral do Estado, e que tem uma larga experiência no serviço público... eu o conheço, sei quem é, certamente ele nos... ele tem uma história de vida.

O nosso Presidente da Paraná, do fundo, Presidente do Conselho de Administração,... ouvi suas palavras e certamente são palavras com sentimento de que esse projeto de lei a favor da ParanaPrevidência e não contra a ParanaPrevidência.

Eu quero dizer aos servidores públicos: eu tenho feito um questionamento à imprensa sobre esse projeto. Por que tenho feito um questionamento à imprensa, por que eu quis fazer aqui... nessa Audiência? Foi justamente para tentar esclarecer de uma forma definitiva para que um dia eu decidir,..., as matérias que haviam saído sobre o tema ParanaPrevidência e sinceramente, eu nunca vi tanta desinformação. Parecia que o nosso projeto queria extinguir o fundo da ParanaPrevidência.

Queria... A ordem dessa instituição e que efetivamente parecia que nós estávamos propondo o caos.

Então essa Audiência Pública, eu penso que ela tem um grande efeito pelo menos de esclarecer de forma clara, cristalina, transparente qual é a natureza do projeto, a que ele se destina. Faz mais de um ano que a ParanaPrevidência não tem Diretor-Jurídico e quero dizer mais aqui aos representantes dos funcionários do Tribunal de Contas, que se manifestou. Eu quero dizer que, sinceramente, a questão de Direito Previdenciário do nosso país está muito mais à frente na área privada do que pública, do ponto de vista dos profissionais da área de Direito. Mas, mais importante do que isso, e nós verificamos que a grande maioria dos órgãos públicos - sejam de natureza pública ou privada - não têm... da diretoria jurídica. É superintendência jurídica, coordenadoria jurídica, assessoria jurídica. Dificilmente, por quê? Porque Advogado, desculpe, o Diretor-Jurídico não julga, ele ri de um parecer. O parecer está sujeito à análise de quem? Da sua chefia. Reconhecidamente, há uma subversão do... da desinformação. Mas o que eu quero os assegurar é que esse nosso projeto é um projeto... ele é constitucional, segundo que ele é um suprimento de gestão para dar maior efetividade...

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Um minuto Sr. Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Concluo Exa.

A boa gestão que vem sendo feita pelo Conselho Diretor da ParanaPrevidência e pelo Conselho de Administração: fiscalizar. Acho que o Deputado Reni Pereira tem razão, se há alguma coisa certa... fiscalização. Quero dizer, sua ampla, antes de qualquer coisa, acho que a transparência da coisa pública é fundamental, então devemos aperfeiçoar nesse sentido e certamente eu encaminhei a favor, penso que é absolutamente necessário para que nós possamos entrar... diga-se de passagem, vem fazendo sempre o Governador Requião e esta Casa... por

isso que essa Audiência Pública, que parece que é a segunda Audiência Pública que se realiza e eu espero que nessa nossa legislatura nós possamos realizar quantas e quantas Audiências Públicas forem necessárias, sobre qualquer tema, para que possamos ouvir a sociedade paranaense, que é...

Obrigado a todos.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Quero chamar, com todo o respeito, Deputado Mauro Moraes.

DEPUTADO MAURO MORAES

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por decorrência desse prazo que dispõe V. Exa. para terminar a Sessão... Dizer que estou convencido da legalidade da matéria da Comissão de Justiça, mas quanto à questão do mérito, eu discordo muito, principalmente quando se fala que no estado, o Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, não temos pessoal competente para assumir a Diretoria Judiciária da ParanaPrevidência. Acho bem verdade que temos muitos profissionais competentes, quer seja no Legislativo, no Executivo e no Judiciário, que possam efetivamente exercer esta função.

Então, na discussão em Plenário, evidentemente no mérito da questão, vamos discutir em relação a isso. Agora, com respeito a constitucionalidade, eu vou votar favoravelmente, porque eu acho o projeto totalmente legal.

DEPUTADO DURVAL AMARAL

Perfeitamente.

Quero agradecer aos Srs. Deputados, a leitura correta, o posicionamento firme, claro... cumpriram rigorosamente o tempo fixado. Agradecer às entidades aqui representadas, com sua... clara e objetiva que se dispuseram em relação ao tema. Pedir desculpas à imprensa, que deveriam estar nas nossas acomodações, porém foram extremamente limitadas e dizer que para nós, aqui da Comissão de Constituição e Justiça, muito especialmente para mim: reunião boa, reunião produtiva, que tem hora para começar e hora para terminar. Então, com certeza que cumprimos claramente o objetivo desta Audiência Pública, onde a administração da ParanaPrevidência, professor Dr. José Maria, manifestou a posição da ParanaPrevidência, ao novo projeto, às entidades que se manifestaram contrariamente ao projeto. Cada um dos Deputados já deu a sua opinião.

Marcando desde já, para amanhã, às 13h30, Sessão Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Dando por encerrada a presente Sessão, a presente Audiência Pública”.

Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elton Welter, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Ribas Carli Filho, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Professor Luizão e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 142/07, de autoria do Deputado Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 169/07, de autoria do Deputado Luiz Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira- APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 178/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. O Deputado Mauro Moraes SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 179/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. O Sr. Deputado Douglas Fabrício, Relator, requer a conversação da matéria em DILIGÊNCIA junto às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Urbano e de Planejamento - DEFERIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 205/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer do Deputado Professor Luizão pela devolução da matéria à autora - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 136/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, na forma de emenda anexa. APROVADO com voto contrário dos Deputados Douglas Fabrício, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins e Valdir Rossoni. O Deputado Valdir Rossoni solicita a palavra para registrar o voto FAVORÁVEL ao parecer dos Deputados Caíto Quintana, Carlos Simões, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk e Professor Luizão; 07) Projeto de Lei nº 198/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson. O Sr. Deputado Mauro Moraes SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 226/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 238/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 239/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins- APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 252/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni- APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 253/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti.

Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 015/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. O Sr. Deputado Professor Luizão SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Luizão e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - **APROVADA**. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 125/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 134/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 178/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - REJEITADO por 6x4 votos. Os Deputados Professor Luizão, Nereu Moura, Mauro Moraes, Carlos Simões, Artagão Júnior e Luiz Claudio Romanelli votaram contrariamente; 04) Projeto de Lei nº 187/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO. O Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 311/07. O Sr. Presidente coloca em votação - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 311/07, de autoria do Poder Executivo. Os Srs. Deputados Professor Luizão e Reni Pereira SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente, bem como cópia do projeto a todos os Deputados; O Deputado Edgar Bueno apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 044/07. O Sr. Presidente coloca em votação - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 044/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, lido pelo Deputado Edgar Bueno - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 190/07, de autoria do Tribunal de Justiça. O Sr. Deputado Valdir Rossoni, Relator, requer a

conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto ao Poder Judiciário, lido pelo Deputado Ademar Traiano - DEFERIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Professor Luizão, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com dispensa de leitura a pedido do Deputado Nereu Moura. Passou-se à Ordem do Dia: O Deputado Mauro Moraes apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 311/07. O Sr. Presidente coloca em votação - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 311/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura, na forma de emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 015/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO. O Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 136/07. O Sr. Presidente coloca em votação - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 136/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana às emendas de Plenário nº 1, 2 e 3 - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 103/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner, na forma de emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 222/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 228/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. O Sr. Deputado Nereu Moura, Relator, requer a conversação da matéria em DILIGÊNCIA junto ao DETRAN - DEFERIDO pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 231/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 037/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão à emenda de Plenário, com subemenda

anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 249/07, de autoria do Deputado Carlos Simões. O Sr. Deputado Marcelo Rangel SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 257/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO 12) Projeto de Lei nº 268/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Mauro Moraes SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e sete, às onze horas, na sala de reuniões das comissões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, para sua oitava reunião ordinária, com a presença dos Srs. membros da Comissão abaixo-assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de setembro de 2007. Havendo número legal e de conformidade com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos passando a palavra ao Sr. Deputado Edson Strapasson, Relator da Proposição nº 103/07, que trata da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de setembro de 2007, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de

2004. De acordo com a análise feita pelo Sr. Relator da proposição, concluiu o mesmo que as contas prestadas encontram-se exatas, dentro das normas da sua regulamentação, e atendem a legislação vigente, decidindo pelo parecer FAVORÁVEL, sendo acompanhado em sua decisão por todos Srs. Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião e, para constar exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a mesma, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes e por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 548/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Relator: Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

